

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

GISELE PAZ LIMA E ALVES

**O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FOMENTO AO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ-MG**

ITAJUBÁ-MG

2021

GISELE PAZ LIMA E ALVES

**O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FOMENTO AO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ-MG**

Dissertação a ser apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Administração do Instituto de Engenharia e Gestão da Universidade Federal de Itajubá como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Empreendedorismo e Inovação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugenio Veneziani Pasin.

ITAJUBÁ-MG

2021

GISELE PAZ LIMA E ALVES

**O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FOMENTO AO
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ-MG**

Dissertação a ser apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Administração do Instituto de Engenharia e Gestão da Universidade Federal de Itajubá como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Empreendedorismo e Inovação.

Aprovada em: ___ / ___ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Luiz Eugênio Veneziani Pasin (Orientador)
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Prof. Dr^a Sandra Miranda Neves
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Prof. Dr^o Edson Trajano Vieira
Universidade de Taubaté (UNITAU)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre a melhor forma de comemorar grandes conquistas. Por isso agradeço, primeiramente, à Deus, por me conceder essa oportunidade, me amparar e me fortalecer nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Ao meu marido, meu companheiro da vida, pela paciência, apoio e compreensão em todos os momentos que tive que abdicar de nós para me dedicar ao mestrado.

Aos meus familiares, pais, irmãos e sobrinhos pela compreensão em todas as vezes em que me ausentei das reuniões de família ou não consegui dar atenção merecida à cada um.

Aos meus colegas de mestrado, por compartilhar as ansiedades, desesperos e alegrias desse processo.

Ao meu orientador, por todo suporte, orientações, puxões de orelha e paciência comigo.

À Prefeitura Municipal de Itajubá, especialmente à equipe da SMICT, pelo apoio e parceria na construção deste trabalho. A todos vocês minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar e classificar as políticas de empreendedorismo e inovação do município de Itajubá-MG para compreender como o governo municipal tem fomentado o empreendedorismo e a inovação. Desta forma, realizou-se um estudo de caso com dois métodos de coleta de dados: uma análise documental para identificar políticas, ações, instrumentos legais e recursos financeiros de fomento ao empreendedorismo e a inovação no município, e assim, analisar a atuação do governo municipal junto ao Sistema de Inovação Local. Também, um questionário estruturado para estabelecer a Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG de acordo com as seis categorias: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos. Como resultado, identificou-se que o governo municipal desenvolve diversos papéis junto ao Sistema de Inovação Local, entretanto, adota, preferencialmente, Políticas voltadas para Micro e Pequenas Empresas – MPE's à Políticas de Empreendedorismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Políticas Públicas. Inovação. Políticas de Empreendedorismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work aimed to identify and classify the entrepreneurship and innovation policies of the municipality of Itajubá-MG to understand how the municipal government has fostered entrepreneurship and innovation. In this way, a case study was carried out with two methods of data collection: a document analysis to identify policies, actions, legal instruments and financial resources to promote entrepreneurship and innovation in the municipality, and thus analyze the government's performance together with the Local Innovation System. Also, a structured questionnaire to establish the Structure of the Entrepreneurship Policy of Itajubá-MG according to the six categories: promotion of entrepreneurship, entrepreneurial education, entry and exit barriers, support for new businesses, financing and strategies for specific segments. As a result, it was identified that the municipal government develops several roles with the Local Innovation System, however, it prefers to adopt Policies aimed at Micro and Small Enterprises - MPE's to Entrepreneurship Policies.

Keywords: Entrepreneurship. Public policy. Innovation. Entrepreneurship Policies. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Etapas de um processo de Desenvolvimento Endógeno.....	21
Figura 2 - Etapas da Política Pública.....	29
Figura 3 – Fundamentos da Política de Empreendedorismo.....	32
Figura 4 - Variáveis que influenciam o nível de atividade empreendedora.....	33
Figura 5 - Condições que afetam a atividade empreendedora e opções de política pública.....	36
Figura 6 - Estrutura das Políticas de Empreendedorismo.....	40
Figura 7 – Etapas do Estudo de Caso realizado.....	45
Figura 8 – Valor Adicionado ao PIB de Itajubá-MG 2018.....	47
Figura 9 – Políticas de Empreendedorismo Existentes por Categoria.....	64
Figura 10 - Políticas de Empreendedorismo em Planejamento ou Implementação por Categoria.....	65
Gráfico 1 - Ações de fomento ao empreendedorismo e inovação de 1994-2020.....	54
Gráfico 2 – Orçamento SMICT de 2002-2020.....	59
Gráfico 3 – Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições de Políticas Públicas.....	28
Quadro 2 - Comparação das características da Políticas de MPE's e Políticas de Empreendedorismo.....	34
Quadro 3 – Estrutura da Política de Empreendedorismo.....	37
Quadro 4 - Objetivos e Medidas de cada área da estrutura das Políticas de Empreendedorismo.....	41
Quadro 5 – Quantidade de questões do questionário por categoria.....	46
Quadro 6 - Leis de Doações, Incentivos e Subvenções realizadas de 1999 a 2020.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIEI - Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá

APL - Arranjo Produtivo Local

CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEU - Centro de Empreendedorismo da UNIFEI

CODIT - Conselho de Desenvolvimento de Itajubá

COMCITIE - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo

CTPB - Centro Tecnológico para o Pré Sal Brasileiro

EAD - Educação a distância

EPP - Empresas de Pequeno Porte

FACESM - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FEPI - Centro Universitário de Itajubá

FMIT - Faculdade de Medicina de Itajubá

FUMCITIE - Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo

FWB - Faculdade Wenceslau Braz

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCIT - Incubadora de empresas de base tecnológica de Itajubá

INDI - Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais

INOVAI - Associação Itajubense de Empreendedorismo e Inovação

INTECOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISDEL - Índice SEBRAE de Desenvolvimento Econômico Local

ISSQN - Imposto sob Serviços de Qualquer Natureza

JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica

ME - Microempresas

MPE - Micro e Pequena Empresa

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PCTI - Parque Científico e Tecnológico de Itajubá

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RETIC - Rede de Empresas de Tecnologia, Inovação e Conhecimento

SECTES - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SI - Sistemas de Inovação

SIMMMEI - Sindicato das Indústrias de Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Itajubá

SINE – Sistema Nacional de Empregos

SRE - Superintendência Regional de Ensino

SRI - Sistema Regional de Inovação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UAITEC - Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 O Papel do Empreendedorismo no Desenvolvimento	17
2.2 A Inovação no Processo de Desenvolvimento	22
2.2.1 A atuação do governo junto a Sistemas de Inovação.	26
2.3 Políticas Públicas, Empreendedorismo e Inovação	28
2.3.1 Políticas de Empreendedorismo	30
2.3.2 Estrutura das Políticas de Empreendedorismo de Lundstrom e Stevensom.....	39
3 METODOLOGIA	44
3.1 Objeto de Estudo	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.1 Ações de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificadas na Análise Documental	49
4.1.1 Instrumentos Legais de fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificados.	55
4.1.2 Orçamento para Ações de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificados.	58
4.2 A Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG	60
4.2.1 Categorias da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG	60
4.2.2 Políticas de Empreendedorismo Existentes por Categoria	63
4.2.3 Políticas de Empreendedorismo em Planejamento ou Implementação por Categoria	64
5 CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	74
ANEXO A – Questionário da Pesquisa por Categoria.....	74

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é considerado umas das principais forças dinâmicas de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, com grande potencial de gerar riquezas, viabilizar inovações e contribuir para o progresso de determinada região. Assim o desenvolvimento econômico provém não apenas da criação de novos negócios, mas também da sustentabilidade deles.

Na visão Schumpeteriana, o empreendedorismo é o impulsionador do desenvolvimento, pois a capacidade empreendedora é fomentadora de mudanças socioeconômicas e geradora de empregos e renda. Neste contexto, o empreendedor é o responsável pelo crescimento econômico e o desenvolvimento social da região em que atua e por meio da inovação ele dinamiza a economia. Sua contribuição para o desenvolvimento está pautada na inovação que desperta e pela concorrência de mercado.

Empreendedores tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, pois incentivar o empreendedorismo leva ao estabelecimento de novas empresas, criação de riqueza, geração de empregos, diminuição da pobreza e, finalmente, ao desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o empreendedorismo desempenha um papel importante na solução de problemas sociais, econômicos e ambientais (DAVARI; FAROKHMANESH, 2017).

Essas circunstâncias despertaram o interesse dos governos pelo empreendedorismo e a inovação, que passaram a utilizá-los em suas políticas públicas como estratégia de desenvolvimento.

O Estado tem papel fundamental na criação e execução de políticas públicas, podendo contribuir ou não, para que o empreendedorismo e a inovação sejam incentivados, pois para que um empreendimento tenha sucesso, não basta apenas a força de vontade e o preparo do empreendedor, é necessário criar um ambiente propício, que possibilite o surgimento e desenvolvimento dos empreendimentos, ou seja, que fomente o empreendedorismo por meio de políticas públicas que desenvolvam o setor (SANTOS; LEITE; FONSECA, 2014).

Políticas de empreendedorismo abrangem um amplo campo da política, com ações de vários níveis de governo, relacionando-se com a alta e a baixa tecnologia, compreendendo desde políticas regionais até políticas de desenvolvimento econômico e de redução da pobreza; elas visam promover um nível socialmente ideal de atividade de risco (início e expansão contínua de negócios) e elevar o nível de atividade empreendedora, porém a sua formulação

descoordenada pode gerar resultados indesejáveis (STEVENSON; LUNDSTROM, 2007; ARSHED *et al.*, 2014).

Entretanto, o alicerce para o desenvolvimento da política de empreendedorismo está na medida em que motivação, oportunidade e habilidades empreendedoras existem numa sociedade ou economia.

Desta forma, o principal desafio para os governos, que visam promover uma alta atividade empresarial, será determinar as lacunas sistêmicas ou falhas de mercado existentes para os indivíduos envolvidos no processo empresarial e quais alavancas políticas irão abordar as deficiências no nível de motivação, oportunidades e habilidade, pois a análise das áreas que afetam estes três fatores é um ponto de partida para avaliar o nível da capacidade empreendedora em um país ou região e constitui a base para formulação de uma política de empreendedorismo e inovação (STEVENSON; LUNDSTROM; 2007; BEZERRA *et al.*, 2014).

Governos ativos na formulação de políticas de empreendedorismo, em geral, tem três objetivos: fomentar uma cultura empreendedora forte, promovendo um ambiente onde a sociedade torne-se mais empreendedora; aumentar o nível de atividade empreendedora no país (ou região); ou produzir um aumento no número de novos negócios, de empresários e de empresas. Desta forma, as políticas de empreendedorismo podem ser categorizadas em: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, redução das barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos (STEVENSON; LUNDSTROM, 2007).

Nos estudos relacionados a análise de políticas de fomento ao empreendedorismo e inovação, a perspectiva normalmente encontrada situa o foco de análise na figura do empreendedor como alvo das políticas e não inclui no foco da análise os formuladores de políticas públicas, neste caso os governos.

Assim, considerando a importância do empreendedorismo e da inovação para o desenvolvimento, que os mesmos podem ser fomentados por meio de políticas públicas e que os estudos, normalmente, não focam as análises sob a perspectiva dos governos, este trabalho tem como objetivo geral identificar e classificar as políticas de empreendedorismo e inovação do município de Itajubá-MG. Desta forma, os objetivos específicos são:

- a) Identificar as políticas públicas, ações e instrumentos legais de fomento ao empreendedorismo e inovação do município;
- b) Identificar recursos destinados ao fomento de empreendedorismo e inovação no município;

- c) Estabelecer a estrutura da Política de Empreendedorismo do município nas seis categorias
- d) Classificar as políticas de empreendedorismo, de acordo com as 06 (seis) categorias: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, redução das barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos;
- e) Identificar, nas seis categorias, quais as que necessitam serem trabalhadas e;
- f) Identificar políticas de empreendedorismo que estejam em implementação ou planejamento.

Para alcançar estes objetivos, foi realizado um Estudo de Caso com o município de Itajubá-MG.

O município de Itajubá está localizado no sul do estado de Minas Gerais e foi fundado em 19 de março de 1819. O município, de aproximadamente 98 mil habitantes, é reconhecido por sua vocação tecnológica, possui 05 (cinco) instituições de ensino superior presenciais e mais 07 (sete) instituições que atuam na modalidade de educação a distância – EAD, que juntas somam mais de 15 mil alunos, 46 cursos de graduação, 72 cursos EAD e 20 grupos de pesquisa. Seu ecossistema de empreendedorismo e inovação, chamado de Itajubá *Hardtech*, conta com mais de 100 startups com taxa de sucesso de 80,0%, uma incubadora de base tecnológica, INCIT, com capacidade para até 30 empresas, um Parque Tecnológico com mais de 600 mil m² de área, uma pré-aceleradora, um espaço de co-criação e dois espaços de *Coworking*, além de 03 (três) grupos setoriais nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, Energia e Metal Mecânico e um Arranjo Produtivo Local – APL de TIC (INOVAI, 2021).

Nesse contexto surgiu o seguinte questionamento: como o governo municipal tem fomentado o empreendedorismo e a inovação? Desta forma, realizou-se uma análise documental para identificar políticas, ações, instrumentos legais e recursos financeiros de fomento ao empreendedorismo e a inovação no município, e assim, analisar a atuação do governo municipal junto ao Sistema de Inovação Local. Também, foi utilizado um questionário estruturado para estabelecer a Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG de acordo com as seis categorias de Lundstrom; Stevensom (2005) e Stevensom; Lundstrom (2007): promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos.

Além desta Introdução, as próximas seções, deste trabalho, apresentaram um referencial teórico sobre empreendedorismo, inovação, desenvolvimento e políticas públicas, a

metodologia utilizada para este estudo, a análise dos resultados obtidos e a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Papel do Empreendedorismo no Desenvolvimento

O empreendedorismo, numa perspectiva econômica, é a prática de empreender por meio do ato de criação de uma organização econômica inovadora (ou redes de organizações) com o propósito de obter lucratividade ou crescimento sob condições de risco e incerteza (BRANCHER; OLIVEIRA; RONCON, 2012).

Dessa forma, o conceito de empreendedorismo está muito associado à Teoria de Desenvolvimento Econômico de Joseph Schumpeter, onde o autor coloca o empreendedorismo como a mola mestra do desenvolvimento e o empreendedor como o indivíduo que destrói a ordem econômica existente por meio da introdução de novos produtos e serviços, criando novas formas de organização, abrindo novos mercados ou explorando novos materiais (SCHUMPETER, 1982).

O fenômeno do empreendedorismo modifica as condições correntes do mercado por meio da introdução de algo novo e diferente em respostas às necessidades percebidas, permitindo, assim que o desenvolvimento e a inovação aconteçam (BRANCHER; OLIVEIRA; RONCON, 2012).

Para Hisrich; Peters (2004), o papel do empreendedorismo no desenvolvimento da economia envolve mais do que apenas o aumento da produção e renda, envolve iniciar e construir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade.

Vale ressaltar que acompanhada a estas mudanças estão o aumento da produção gerando um crescimento das riquezas e maior distribuição entre os envolvidos. Nesse processo, a inovação é tida como o fator mais significativo, já que incentiva o interesse em investir em novos empreendimentos que estão sendo criados, assim o novo investimento funciona em ambos os lados da equação do crescimento, na demanda e na oferta (BRANCHER; OLIVEIRA; RONCON, 2012).

De acordo com Davari; Farokhmanesh (2017), o empreendedorismo desempenha um papel importante na solução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

O empreendedorismo é o centro de muitas políticas governamentais, pois o empreendedorismo pode promover a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento social (HUANG *et al.*; 2021).

Para melhor compreensão da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento, cabe salientar os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, como cita Souza (1993),

existem duas linhas de pensamento sobre o tema, onde a primeira encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a segunda sendo o crescimento condição indispensável para tal. Dessa forma, o crescimento seria uma simples variação quantitativa de produto, enquanto o desenvolvimento seria caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Para Oliveira (2002), desenvolvimento nada mais é do que crescimento transformado para satisfazer as diversas necessidades do ser humano e deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social resultante de um processo de crescimento que atingiu maturidade e alcançou capacidade para crescer de maneira contínua.

Alguns autores apontam a contribuição do papel do empreendedor neste processo, como Barros e Pereira (2008) que citam que o papel do empreendedor é ser o motor do crescimento, por meio de desafios às empresas existentes no mercado com a introdução de inovações que tornam produtos e tecnologias obsoletas.

Segundo Porter (1992), a contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre, fundamentalmente, pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado.

Por meio do empreendedorismo é possível alterar a curva da estagnação econômica e social em determinada comunidade, pois o empreendedor é a pessoa que se dedica a geração de riqueza, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como produção, organização, marketing, etc. (DOLABELA, 1999).

O empreendedorismo é um importante veículo para a sustentabilidade e desenvolvimento, as empresas e os empresários desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável pois contribuem na redução da pobreza e do desemprego promovendo, assim, o crescimento econômico (HUANG *et al.*; 2021).

De acordo com Schumpeter (1982), o desenvolvimento econômico, acontece baseado em três fatores: inovações tecnológicas, crédito bancário e empresário inovador. O empresário inovador é um importante agente de criação de novos negócios e novas combinações produtivas, que são essenciais para o processo de desenvolvimento econômico, já o crédito bancário fornece o poder de compra que o empresário necessita para realização dessas novas combinações.

Empreendedores tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, pois incentivar o empreendedorismo leva ao estabelecimento de novas empresas, criação de

riqueza, geração de empregos, diminuição da pobreza e, finalmente, ao desenvolvimento econômico e social (DAVARI; FAROKHMANESH, 2017).

Assim, “o impacto da atividade empreendedora de um país, depende da motivação dessa atividade [...]” (DEGEN, 2008, p.16).

De acordo com o relatório *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* (2018), a motivação do empreendedor vem dos fatores que o levaram a se envolver com atividades empreendedoras, e podem ser divididas em empreendedorismo por oportunidade e por necessidade. Caracteriza-se como empreendedor por oportunidade aqueles que afirmam ter iniciado um negócio, principalmente, pelo fato de terem percebido uma oportunidade no mercado. Já o empreendedor por necessidade, são aqueles que afirmam ter iniciado suas atividades, principalmente, pela ausência de alternativas para geração de ocupação e renda.

Dessa forma, os empreendedores motivados por necessidade têm pouco impacto no crescimento econômico, pois a maioria dos negócios são desenvolvidos sem inovação e sem tecnologia, gerando o mínimo de empregos e renda. Já os empreendedores motivados por oportunidade têm maior impacto no crescimento econômico, pois estes empreendedores estão mais bem preparados, desenvolvem negócios baseados em inovações e novas tecnologias, têm grande potencial de crescimento sustentado e, conseqüentemente, geram mais empregos e renda (DEGEN, 2008).

Assim, o incentivo ao empreendedorismo é uma alternativa eficiente para elevar as taxas de crescimento econômico de uma região em curto prazo (CÂMARA, 2003).

Julien (2010) corrobora citando que a importância do empreendedorismo pode ser diferente dependendo do estágio de desenvolvimento de cada região, pois a atividade empreendedora da região retrata seu desenvolvimento. Logo, despertou-se o interesse pelo empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento. Uma estratégia de desenvolvimento que objetiva fomentar o empreendedorismo e o incremento do protagonismo local, deve implementar ações que busquem induzir e promover a emergência dos atores sociais aptos a protagonizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais que vão inflamar um processo de desenvolvimento endógeno e sustentável (PAULA, 2008).

O conceito de desenvolvimento endógeno observado por Boisier (2000), tem seu início de abordagem no desenvolvimento focado nas várias formas de capital intangível possíveis de se encontrar em um território. Segundo o autor, se devidamente articulados entre, si “os capitais intangíveis” levarão ao desenvolvimento impreterivelmente. De acordo com Paula (2008), a construção de um território depende do “sujeito” que o institui e que essa construção pode acontecer a partir da ação exógena (feita por agentes externos; “de cima para baixo”), onde nem

sempre a população local se reconhece como parte do território, ou a partir da ação endógena (feita por agentes locais; “de baixo para cima”), onde a população local é o sujeito ativo que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades.

O processo de desenvolvimento endógeno, é o desenvolvimento de determinada região a longo prazo e que depende profundamente da sua capacidade de organização social política para modelar o próprio futuro de acordo com a disponibilidade das seguintes formas de capitais intangíveis: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social, capital sinérgico, capital cultural, capital cognitivo e o capital simbólico (BOISIER, 2000).

Admitindo este conceito, Haddad (2009), sintetiza e define os capitais intangíveis da seguinte forma:

- a) Capital institucional – instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região;
- b) Capital humano – estoque de conhecimento e habilidade dos indivíduos;
- c) Capital cívico – práticas de políticas democráticas de confiança entre instituições nas esferas públicas e privadas;
- d) Capital social – confiança e cooperação entre os membros de uma comunidade;
- e) Capital sinérgico – capacidade da comunidade em articular as diversas formas de capital intangível.

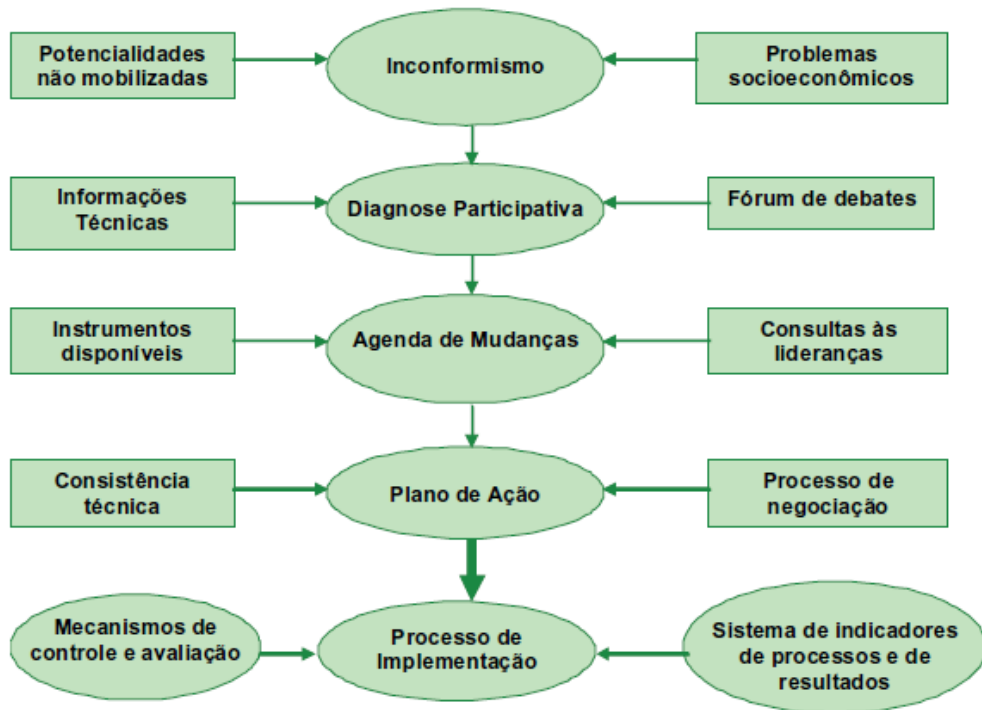
O processo de desenvolvimento sustentável de uma região, dependerá da sua capacidade de organização social e política associada ao aumento da autonomia local para tomada de decisões, ao aumento da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social e a um processo de conservação e preservação do ecossistema regional (HADDAD, 2009).

O fator endógeno que transforma o crescimento em desenvolvimento é essa capacidade de organização social da região, que funciona por meio de um conjunto de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político local (BOISIER, 2000).

O processo de desenvolvimento endógeno percorre, normalmente, algumas etapas, onde não há desenvolvimento sem o inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental; a necessidade de diagnosticar, técnica e politicamente as razões e causas do mau desempenho destes indicadores para transformar as condições atuais e a transformação de uma agenda de mudanças em um Plano de Ação gerado a partir da mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto

e parceria com as autoridades e instituições locais e supralocais, como mostra a Figura 1, elaborada por Haddad (2009).

Figura 1 – Etapas de um processo de Desenvolvimento Endógeno



Fonte: Haddad (2009)

O processo de desenvolvimento, de acordo com Paula (2008), pode até ser induzido de forma exógena, mas só pode ser realizado de forma endógena, pois o desenvolvimento é um fenômeno que resulta das relações humanas, as pessoas que fazem o desenvolvimento, daí surge o protagonismo local, que é o processo pelo qual agentes locais tornam-se atores sociais, é um processo de “empoderamento”, de transformação nas relações entre Sociedade, Mercado e Estado.

Diante da singularidade de cada território, é necessário um modelo próprio de desenvolvimento para cada região, e este dependerá da construção e multiplicação das redes de atores locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais (PAULA, 2008).

Assim, a seção seguinte apresenta a inovação no processo de desenvolvimento.

2.2 A Inovação no Processo de Desenvolvimento

A inovação tornou-se um elemento estratégico e decisivo para o desenvolvimento das nações e a necessidade de sistematização e coordenação entre os diversos agentes envolvidos nesse contexto tomou grande importância (SCHUMPETER, 1982).

Atualmente a inovação, está presente na sociedade em todas as áreas e segmentos, mas, muitos confundem inovação com novas ideias e teorias do que fazer ou como algo deveria ser e normalmente não associam à esta ideia a mudança em si e a construção do novo. A inovação é mais do que a ideia, é a ideia aplicada e executada, são os processos, produtos, a sociedade, o mundo transformado e recriado, agregando valor, seja econômico, social ou pessoal (AUDY, 2017).

De acordo com o Manual de Oslo, a inovação é a implantação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2004).

A inovação envolve a criação de novos conceitos, projetos, formas de fazer as coisas, sua aplicação social ou exploração comercial e a conseqüente difusão para o restante da economia ou sociedade, e deve ser analisada de um determinado contexto, pois o que pode ser considerado inovação em um contexto pode não ser em outro (AUDY, 2017).

Feitosa (2011) pontua que a partir da década de 80 foi possível identificar duas correntes complementares que discutem o desenvolvimento econômico baseado na inovação tecnológica: a corrente americana (evolucionista) e a corrente inglesa (representada por economistas de Sussex). A corrente evolucionista enfatiza que as mudanças econômicas são provocadas pela busca incessante das firmas em introduzir inovações, que se submetem aos mecanismos de seleção dos mercados por meio da concorrência. Nessa linha acredita-se que o progresso técnico é marcado por desequilíbrios e assimetrias tecnológicas em um ambiente em constante mudança e de grande incerteza.

Já no caso da corrente Sussex, considera que a acumulação da capacidade tecnológica das empresas ocorre por meio da aprendizagem que se realiza de três modos: investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), por processos informais de acumulação de conhecimento tecnológico dentro das firmas (*learningbydoing, learningbyusing*) e pelo desenvolvimento de externalidades intra e interindústrias. A teoria econômica dominante sempre considerou a tecnologia como fator exógeno à economia, acreditando que a inovação poderia ser gerada independentemente do local, entretanto, a partir da década de 80 iniciou-se a discussão do

caráter local da inovação, com as teorias do desenvolvimento regional endógeno, enfatizando o papel do ambiente e da interação entre agentes econômicos na geração e difusão de inovações e na promoção do desenvolvimento econômico (FEITOSA, 2011).

O processo de inovação, a partir dessa abordagem sistêmica, passou a ser visto como a atuação conjunta de diferentes atores, que institucionalmente, promovem a partir da interação novas ideias e tecnologias possíveis de aplicações de mercado e promoção do desenvolvimento. Lundvall, Freeman e Nelson trazem os primeiros estudos com a abordagem dos Sistemas de Inovação (SI), no final da década de 80 (KRETZER, 2009).

Para Freeman *et al.* (1988) os sistemas de inovação são estruturas organizacionais e institucionais de suporte às mudanças tecnológicas, às quais tenham caráter predominantemente nacional.

Nesse caso, Lundvall (1988), esclarece a importância da visão sistêmica da inovação, onde o conceito de SI demonstra que a inovação depende fundamentalmente da articulação entre seus agentes e fatores locais.

Nelson (1993) cita que o SI é um conjunto de atores institucionais que juntos desempenham um importante papel na influência do desempenho inovativo.

Os SI's são um conjunto de organizações, públicas ou privadas, universidades e agências governamentais, que, em localização geográfica específica, interagem com o objetivo de realizar atividades voltadas para a geração, difusão e exploração do conhecimento, formando uma base da economia para o desenvolvimento (BUESA *et al.*, 2006).

Uma característica fundamental do SI é o reconhecimento de que as empresas raramente inovam isoladamente, mas sim em redes de atores relacionados, facilitando a aprendizagem e a difusão do conhecimento, combinando diferentes competências necessárias para a inovação (OERLEMANS; MEEUS; KENIS, 2007).

Os atores que compõem um Sistema Nacional de Inovação (SNI) e as relações estabelecidas em seu interior, dependem das características de cada país, tais como o tamanho e o grau de desenvolvimento, além do papel específico de cada protagonista no processo de inovação, nas formas, na qualidade e na intensidade de suas interações (LEMONS; CARIO, 2017).

De acordo com Cooke (2006), cada região possui suas próprias características históricas, culturais, políticas e econômicas, diferenciando-se umas das outras e constituindo seus próprios sistemas de inovação, criando assim os Sistemas Regionais de Inovação (SRI).

Um SRI é compreendido como um conjunto de redes entre agentes públicos e privados que interagem e dão feedback mútuo em um determinado território, compartilhando

infraestrutura própria, para efeitos de adaptação, gerando e ampliando o conhecimento e inovações, ele deve ser pensado como a infraestrutura institucional de apoio à inovação dentro da estrutura de produção de uma região (ASHEIN; COENEN, 2005; BUESA *et al.*, 2006).

Uma questão comum entre as abordagens de um SNI e um SRI está na estrutura de governança envolvida no processo de geração e difusão de inovações, pois aspectos organizacionais como a maneira como as firmas estão organizadas e negociam umas com as outras, o papel do setor público e a forma pela qual os sistemas de ciência e tecnologia e de P&D estão organizados, são essenciais para os sistemas de inovação (KRETZER, 2009).

Dessa forma, os principais elementos de um SRI, são: a organização interna das empresas, a inter-relação sustentável, o papel do setor público, o setor financeiro institucionalizado, e as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovações intensas (LUNDVALL, 2011; FIATES, 2017).

Esses elementos funcionam em uma dinâmica que envolve aprendizado interativo, produção de conhecimento, proximidade geográfica e enraizamento social, mecanismos percebidos nas relações pessoais e redes firmadas entre pessoas e empresas (DOLEREUX, 2002; LEMOS; CARIO, 2017).

O ponto de partida para o desenvolvimento efetivo de um SRI é integração de três principais atores: universidade, governo e indústrias, construindo assim uma estrutura de tríplice hélice (FIATES, 2017).

A tríplice hélice, de acordo com Etzkowitz e Zhou (2017), é um modelo de inovação onde universidade/ academia, indústria e governo são esferas institucionais primárias que interagem buscando o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo.

Cada ator neste modelo exerce papel fundamental, mas com atribuições diferenciadas, que podem ser resumidas da seguinte forma: as universidades desenvolvem a cultura empreendedora e a inovação através da educação, o governo estabelece políticas públicas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação e as indústrias promovem a transformação da sociedade através da aplicação dos conhecimentos repassados pela universidade cumprindo com as diretrizes governamentais (SBRAGIA *et al.*, 2005)

A meta deste processo de desenvolvimento contínuo é criar um ecossistema de empreendedorismo e inovação, que surgirá da configuração específica da Hélice Tríplice, por isso este não pode ser duplicado em seu formato exato de uma região para outra, mas a atuação dos três protagonistas com vários atores coadjuvantes pode ser reproduzida em qualquer lugar como um modelo universal de inovação (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Para que a inovação aconteça e o empreendedorismo seja sustentável, há necessidade de um ecossistema inteiro de elementos inter-relacionados à disposição dos empreendedores (AUTIO, 2014).

Existem diferentes modelos de ecossistemas de empreendedorismo e inovação, que divergem nas definições dos elementos que compõem um ecossistema, mas um dos principais modelos é o criado por Daniel Isenberg (SANTOS; ZEN, 2017).

Após analisar diversas tentativas de estímulo ao empreendedorismo em diversos locais, Isenberg concluiu que não havia uma característica única que determinaria o sucesso do empreendedorismo local, mas que era necessário um ecossistema inteiro de variáveis que para estimular o empreendedorismo e a inovação fazendo com que ele se sustente ao longo do tempo, gerando impactos econômicos e sociais efetivos na economia de determinada região (ISENBERG, 2011).

De acordo com Mason e Brown (2014), um ecossistema de empreendedorismo é uma associação de atores empreendedores, organizações e processos empreendedores que, formal ou informalmente, unem-se para se conectar, mediar e governar o desempenho dentro do ambiente empreendedor local.

Nesse sentido, Isenberg (2011) definiu seis domínios principais na estrutura de um ecossistema empreendedor:

- a) Políticas públicas – onde estão os marcos regulatórios, incentivos fiscais e estratégias de incentivo ao empreendedorismo;
- b) Capital financeiro – ter estrutura para atrair investidores anjos, pequenos investidores, fundos de ações, entre outros;
- c) Cultura – tolerância às falhas, apoio de instituições que fortaleçam os empreendedores quanto a insegurança de empreender;
- d) Instituições de Suporte – infraestrutura, entidades não governamentais e profissionais que apoiam novos negócios através da integração e oferta de serviços complementares;
- e) Recursos humanos – capital humano qualificado por meio da educação empreendedora e;
- f) Mercados – parâmetros relacionados a regionalização e diversificação da economia

A composição apresentada, mostra um sistema complexo que com envolvimento de diversos atores, independentemente de serem pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, a fim de alcançarem seus objetivos, terão benefícios através dos resultados gerados com essa produção sistêmica. Mas, o desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação só

acontecerá se os diferentes elementos do ecossistema forem trabalhados em conjunto, mesmo que não seja necessário desenvolver todos eles em grande escala e de uma única vez (ISENBERG, 2011).

A abordagem de Ecossistemas Empreendedores tem emergido como um importante referencial para análise, formulação e implementação de políticas públicas para o fomento do empreendedorismo (STEFENON; TOM; 2020).

Desta forma, a seção seguinte aborda, especificamente a atuação do governo junto ao Sistemas de Inovação, que a partir de uma estrutura tríplice hélice desenvolvem ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

2.2.1 A atuação do governo junto a Sistemas de Inovação.

O Brasil é um país cujo sistema de inovação se encontra em fase de consolidação, ou seja, seus atores ainda passam por um processo de reconhecimento de papéis e definição de estratégias e ações. Dessa forma a abordagem dos sistemas de inovação tem se difundido rapidamente, tanto no meio acadêmico como entre os responsáveis pela elaboração de políticas públicas, por isso, é importante ressaltar a atuação do governo junto a Sistemas de Inovação (LEMOS; CARIO, 2017).

O governo desempenha um papel multifacetado como investidor estratégico, parceiro de negócios, cliente e consumidor, ou apenas observador distante. Tais funções interagem e se sobrepõem em combinações complexas, através de diferentes setores e níveis de administração. Desta forma o governo age cada vez mais como facilitador, criador de plataformas e planejador estratégico. No entanto, em alguns casos, o governo apoia por ser passivo e por não regulamentar (BAZAVAN, 2019).

Para facilitar o desenvolvimento do Sistema Regional/ Local de Inovação, o governo deve entender melhor a expectativa de estratégias no nível da empresa e ajudar a promover a colaboração dos institutos de pesquisa e empresas nas atividades de P&D, desta forma, o governo atua como um articulador estratégico no Sistema de Inovação (YANG, 2015)

Assim, pode-se dizer que o papel de financiador do SI é atribuído aos governos. Para Ivanova e Leydesdorff (2013), governos incentivam o desenvolvimento dos SI's e das pequenas empresas inovadoras por meio de financiamento prioritário de universidades específicas, regulamentação legislativa e estimulam a indústria a desenvolver e implementar novas tecnologias inovadoras.

De acordo com Lazaric et. al. (2011), os financiamentos à P&D promovidos pelo governo e a implementação de políticas de pesquisa e inovação, fortalece o papel das grandes empresas na interação dos SI's promovendo uma maior transferência de novos conhecimentos e proporcionando maior autonomia do SI.

Nesse sentido, Bazavan (2019), afirma que um papel poderoso é de os governos financiarem o ecossistema inicial e estimular o “empreendedorismo em massa”, por meio de investimentos em ações, capital de risco e compensações de risco.

Visando o desenvolvimento do SI local, o governo pode intervir fortemente, subsidiar o desenvolvimento e possuir ações importantes de empresas; pode estabelecer restrições e medidas de proteção em mercados onde as empresas são vulneráveis à concorrência. Para isso, devem alocar recursos crescentes para pesquisa em áreas estratégicas, intervir nos mercados visando a transferência de tecnologias, desenhar políticas favoráveis à inovação, buscar melhoria institucional e eficiência, promover e estimular investimentos em busca de exportação de tecnologias próprias no exterior. Desta forma o governo local promove ativamente o SI fornecendo doações, empréstimos ou investimentos em ações para auxiliar a inovação empresarial (DE LAURENTIS, 2012).

Os governos também podem atuar na construção de instituições de apoio ou como consumidores da inovação. Governos locais podem construir instituições de apoio às empresas de tecnologia através da criação de fundos de capital de risco, financiando incubadoras e fomentando a criação de grupos de empresas dentro do mesmo campo reforçando o crescimento econômico através da concentração geográfica gerada pelo SI (KELLER; BLOCK, 2013).

As compras públicas, frequentemente utilizada pelas autoridades locais, desempenham papel importante dos governos no SI como um estímulo e apoio à inovação (DE LAURENTIS, 2012).

Os governos devem cuidadosamente compreender a singularidade e dinâmica de determinados sistemas nacional, setorial e de inovação tecnológica antes de formular as políticas públicas, pois políticas de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento e inovação copiadas de países estrangeiros ou outro setor e tecnologias nacionais dificilmente serão eficazes e gerarão suportes apropriados (CHUNG, 2013).

Desta forma, a seção seguinte aborda, especificamente, as políticas públicas de empreendedorismo e inovação.

2.3 Políticas Públicas, Empreendedorismo e Inovação

O tema Políticas Públicas surgiu na metade do século XX após estudos americanos e europeus que tinham como objetivo analisar o papel do Estado, desde então, não se tem uma única ou melhor definição para o termo. Diante disso, algumas definições permitem compreender melhor o tema, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Definições de Políticas Públicas

Autor	Definição de Política Pública
Laswell (1958)	Decisões e análise que implicam em responder quem ganha o quê, por que e que diferença faz.
Lynn (1980)	Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Dye (1984)	É o que o governo escolher fazer ou não fazer.
Peters (1986)	É a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos.
Mead (1995)	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas
Rodrigues (2010)	Ações do governo que dispõem sobre o que fazer (ações), aonde chegar (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisa que se pretende alterar) e como fazer (estratégias de ação)
Santos e Olalde (2015)	Atuação do Estado em relação à uma situação problemática, reconhecida pela sociedade e pelo poder público, que demanda a proposição de alternativas que contribuam para melhorar a situação inicial.

Fonte: Souza (2006); Rodrigues (2010); Santos e Olalde (2015); Silva *et al.*, (2017), adaptado pela autora

Diante das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, Souza (2006), sintetiza seus elementos principais: política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz; envolve vários atores e níveis de decisão, e não se restringe apenas a participações formais já que as informais também são importantes; é abrangente e não se limita à leis e regras; é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos de curto prazo, é uma política de longo prazo; e envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, por isso implica também em implementação, execução e avaliação.

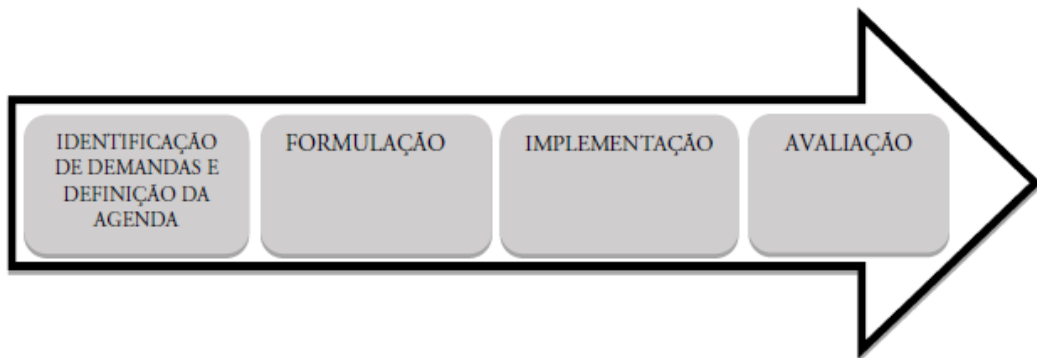
A estruturação de políticas públicas ocorre como um processo que reúne um conjunto de atividades (etapas) visando o alcance de determinadas demandas (SILVA *et al.*, 2017).

Este processo de requer dois tipos de análises: uma análise sobre como as decisões são tomadas e a outra sobre o poder que o governo possui para prevenir uma situação (RODRIGUES, 2010).

Desta forma o desenvolvimento de uma política pública passa por quatro fases: formulação, implantação, avaliação e controle (SANTOS; OLALDE, 2015; SILVEIRA *et al.*, 2017).

Silva *et al.* (2017) corroboram citando que a sistematização das políticas públicas pode ser caracterizada pelas etapas definição da agenda, formulação implementação e avaliação do programa, conforme Figura 2:

Figura 2 - Etapas da Política Pública



Fonte: Silva *et al.* (2017)

Neste ciclo das políticas públicas, Silva *et al.* (2017) descreve cada etapa da seguinte forma: na identificação da demanda avalia-se se existe uma discrepância entre a situação atual e uma situação ideal; a definição da agenda, um atividade dinâmica, irá reunir todos os problemas relevantes para a solução da questão; na formulação é discutido um conjunto de ações pertinentes que irão formar determinada política; a implementação é a aplicação política por meio do governo, onde busca-se combinar e conciliar o tempo para implantação da política com os recursos financeiros e humanos disponíveis para seu cumprimento; e a avaliação acontece a partir do momento que os efeitos são gerados, possibilitando a análise de indicadores que demonstrem em que nível as metas foram atingidas, dessa forma, esta etapa irá buscar mensurar os erros e acertos da política executada, bem como analisar critérios relacionados à economicidade, eficiência, eficácia e a equivalência na distribuição dos benefícios entre os destinatários da política pública.

Após o processo de avaliação, é possível incluir no ciclo das políticas públicas a etapa de “extinção da política” e que pode ocorrer em 3 (três) situações: quando os problemas que originaram a política foram sanados, ou seja, a política alcançou seu objetivo geral; quando o arcabouço legal que embasa a política é identificado como ineficaz; ou quando o problema não é mais tido pelos atores ou pela opinião pública como prioridade, deixando de fazer parte da agenda de intervenções necessárias (SOUZA; SECCHI, 2015).

2.3.1 Políticas de Empreendedorismo

Ao trazer o empreendedorismo e a inovação para o contexto das políticas públicas, Dolabela (2008) coloca que governos que desejam prosperidade econômica, devem colocar o empreendedorismo e a inovação como as prioridades das políticas públicas, incluindo a formação de valores sociais e culturais que encorajem a criação de novas empresas já que o empreendedorismo e a inovação são os principais fatores de desenvolvimento econômico de um país.

O Estado tem papel fundamental na criação e execução de políticas públicas, podendo contribuir ou não, para que o empreendedorismo e a inovação sejam incentivados, pois para que um empreendimento tenha sucesso, não basta apenas a força de vontade e o preparo do empreendedor, é necessário criar um ambiente propício, que possibilite o surgimento e desenvolvimento dos empreendimentos, ou seja, que fomente o empreendedorismo por meio de políticas públicas que desenvolvam o setor (SANTOS; LEITE; FONSECA, 2014).

O novo paradigma econômico, caracterizado pelo processo de globalização, pela ruptura das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e pelo surgimento do conhecimento como fator chave para o crescimento econômico, demonstrou que a política convencional tornou-se ineficaz para apoiar o desenvolvimento econômico, assim novas formas de intervenção tornam-se desejáveis, como a política de empreendedorismo que dá maior atenção ao empreendedorismo como motor estratégico de progresso econômico (ARENAL *et al.*, 2021).

Políticas de empreendedorismo abrangem um amplo campo da política, com ações de vários níveis de governo, relacionando-se com a alta e a baixa tecnologia, compreendendo desde políticas regionais até políticas de desenvolvimento econômico e de redução da pobreza; elas visam promover um nível socialmente ideal de atividade de risco (início e expansão contínua de negócios) e elevar o nível de atividade empreendedora, porém a sua formulação descoordenada pode gerar resultados indesejáveis (STEVENSON; LUNDSTROM, 2007; ARSHED *et al.*, 2014).

De acordo com Nielsen (2016), a política de empreendedorismo é implementada por meio de estruturas de entrega que consistem em um número de diferentes organizações públicas e privadas que estão conectadas pelo papel que exercem nesta política. Na prática são incubadoras, agencias de desenvolvimento de negócios, escolas e instituições de ensino, agencias de emprego, serviços de assessoria etc., o que distingue essas estruturas de entrega das organizações é que elas não estão hierarquicamente ligadas, são redes de diferentes

organizações que trabalham para um objetivo comum, implementar a política de empreendedorismo.

Uma questão fundamental da política pública de empreendedorismo é sobre o ambiente propício, ela deve identificar se o ambiente permite que o empresário complete sua função de produção e preencha os mercados de insumos faltantes e isto envolve conhecimento e o transbordamento do conhecimento, finanças e capital humano (ACS *et al.*, 2016).

Como o empreendedorismo está ancorado localmente, os contextos locais diferem no processo empreendedor. As diferentes taxas de startups, diferenças nas atitudes empreendedoras e nas taxas de sucesso dos empreendimentos, indicam que existe uma relação entre a atividade empreendedora e a localidade, fazendo com que o contexto dê novo foco na política de empreendedorismo regional e local (NIELSEN, 2016).

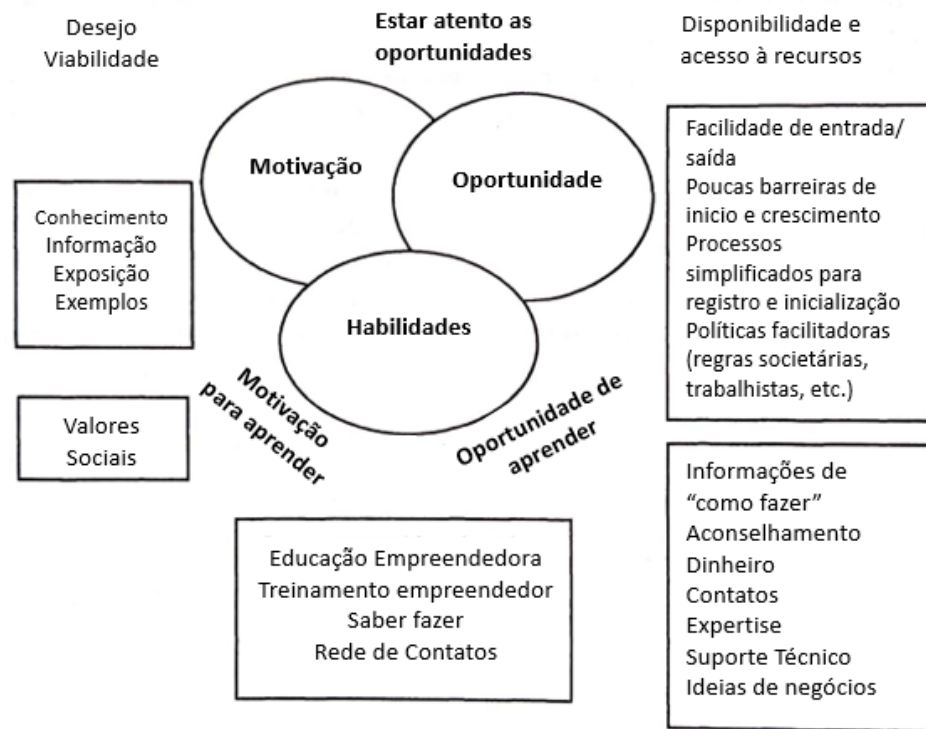
Tradicionalmente, as políticas públicas de empreendedorismo têm visado aumentar a quantidade de empreendedores, desta forma, as políticas favoráveis ao empreendedorismo seriam aquelas que, de alguma maneira, tornam mais fácil ou mais barato para uma pessoa iniciar um novo negócio, condicionada (ou não) ao fato de terem desenvolvido uma nova ideia de negócio ou inventado alguma coisa (STEFENOM; THOM, 2020).

O alicerce para o desenvolvimento da política de empreendedorismo está na medida em que motivação, oportunidade e habilidades empreendedoras existem numa sociedade ou economia (LUNDSTROM; STEVENSON; 2005; JUNIOR *et al.*, 2013). Nesse caso, a Figura 3, apresenta os fundamentos para o desenvolvimento da política de empreendedorismo.

De acordo com Smallbone (2017), políticas públicas voltadas para a promoção do empreendedorismo, baseiam-se na premissa de que se os empreendedores quiserem cumprir sua contribuição de longo prazo para a sociedade e a economia, podem precisar de ajuda, principalmente no início, e isso inclui abordar algumas falhas de mercado que eles venham a experimentar com recursos-chave como finanças, informações comerciais, consultorias e instalações.

Intervenções políticas têm sido tradicionalmente baseada na ideia de corrigir falhas, na política de empreendedorismo a reflexão é sobre a necessidade de uma mudança de pensamento sobre os fundamentos da política, longe do mercado e ou correções de falhas sistêmicas em direção a um escopo de política mais amplo onde o governo, como parte interessada do ecossistema, desempenha um papel importante como seu alimentador (ARENAL *et al.*, 2021).

Figura 3 – Fundamentos da Política de Empreendedorismo

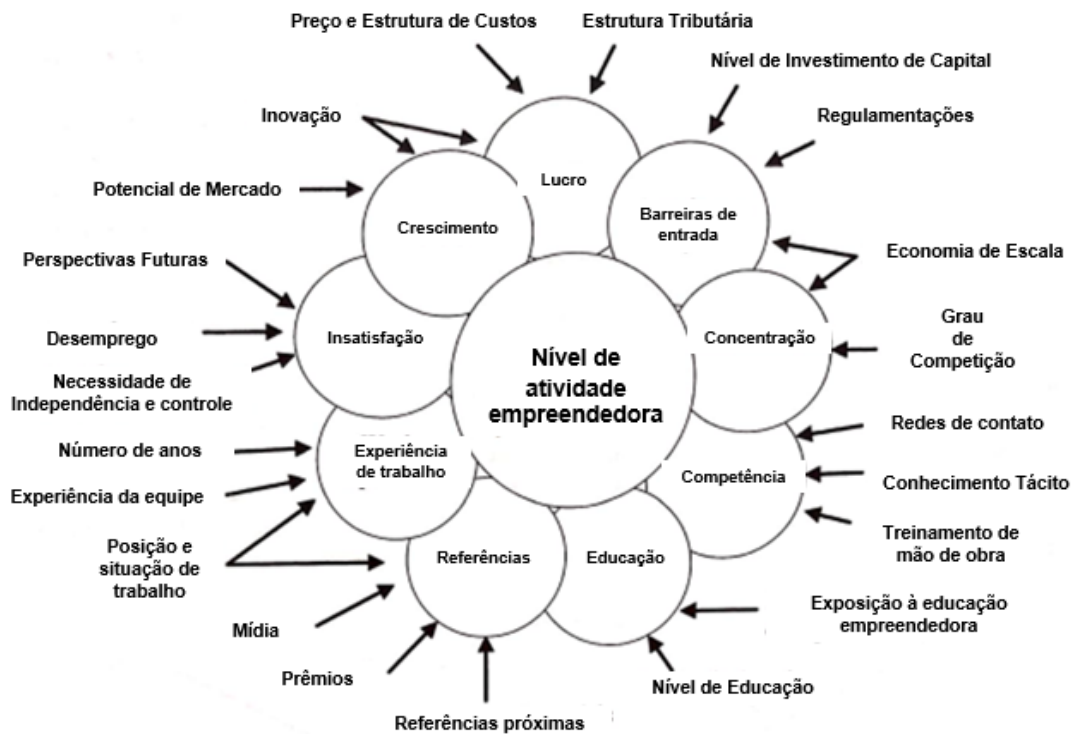


Fonte: Lundstrom e Stevensom (2005, p.47)

O desafio chave para os governos, que visam produzir altos níveis de atividade empresarial, será determinar as lacunas sistêmicas ou falhas de mercado existentes para os indivíduos envolvidos no processo empresarial e quais alavancas políticas irão abordar as deficiências no nível de motivação, oportunidades e habilidade, pois a análise das áreas que afetam estes três itens é um ponto de partida para avaliar o nível da capacidade empreendedora em um país ou região e constitui a base para formulação de uma política de empreendedorismo (STEVENSON;LUNDSTROM; 2007; BEZERRA *et al.*, 2014).

Algumas variáveis como, barreiras de entrada, concentração, competências, educação, modelos de referências, experiência de trabalho, insatisfações, crescimento e lucro, influenciam diretamente o nível de atividade empreendedora de um país ou região (LUNDSTROM; STEVENSON; 2005). Nesse caso, a Figura 4, apresenta essas variáveis e os demais fatores que as influenciam.

Figura 4 - Variáveis que influenciam o nível de atividade empreendedora



Fonte: Lundstrom; Stevensom (2005, p. 208)

Barbosa *et al.* (2017), aponta quatro conjunto de ações voltadas diretamente a promoção da atividade empreendedora: o primeiro refere-se à cultura empreendedora e ao empreendedorismo, que incluem programas de divulgação, premiações, oferta de infraestrutura, logística, serviços básicos etc.; o segundo refere-se a serviços de apoio, como programas de informação, capacitação e consultorias, são políticas de apoio às empresas numa perspectiva de longo prazo; o terceiro refere-se a formas de financiar a criação e o desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (MPE's), e abrangem desde financiamentos diretos, incentivos fiscais e sistemas de *venture capital*, até destinações específicas do orçamento público e compras governamentais; e o quarto refere-se a simplificação da burocracia, são esforços que visam reduzir procedimentos e prazos para facilitar a criação de empresas, sua atuação e seu financiamento.

Desta forma, as políticas de empreendedorismo devem ser diferenciadas das políticas de MPE's, pois as políticas de MPE's praticamente ignoram o processo empreendedor (LUNDSTROM; STEVENSOM; 2005).

De acordo com Sarfati (2013), as políticas de empreendedorismo visam fomentar empreendedores (indivíduos) altamente inovadores que possam gerar alto impacto no

crescimento econômico movendo a economia com maior valor agregado. Já as políticas voltadas para as MPE's, envolvem programas de apoio ao empreendedor estilo de vida e se justificam pela criação de empregos e melhora no nível de vida desses empreendedores.

Smallbone (2017), cita que na prática, a política de MPE's inclui negócios estabelecidos, bem como novos negócios, enquanto a política de empreendedorismo enfatiza novos negócios e empreendimentos dentro de empresas existentes. Para, McCann e Ortega-Argilés (2016), as políticas de MPE's aplicam-se às empresas existentes, e a política de empreendedorismo refere-se às políticas que visam potencializar a criação de novas empresas.

Apesar de estarem inter-relacionadas, são duas áreas políticas distintas, que diferem em seu objetivo geral, objetivos específicos, grupo de cliente e público-alvo, estágio do ciclo dos negócios, prioridade e alavancas políticas e prazos para resultados esperados (LUNDSTROM; STEVENSON; 2005), como pode ser explicitado no Quadro 2.

Quadro 2 - Comparação das características da Políticas de MPE's e Políticas de Empreendedorismo, continua.

Características	Políticas MPE's	Políticas de Empreendedorismo
Resultados	Crescimento das empresas e aumento da produtividade	Aumento da atividade empreendedora
Objetivo Geral	Criar um clima de negócios favorável	Criar clima e cultura empresarial favoráveis
Objetivo Específicos	Ajudar as empresas individuais a se modernizarem, expandirem ou aprimorar sua competitividade	Encorajar mais pessoas a iniciarem seus próprios negócios e fornecer oportunidades para que elas aprendam sobre o processo empreendedor e desenvolvam as habilidades necessárias.
Foco	Nas empresas ao invés do indivíduo.	Nos indivíduos ao invés das empresas.
Estágio do Ciclo dos Negócios	O foco principal é no suporte e posteriormente o negócio	O suporte é oferecido nos estágios iniciais, bem como durante os primeiros anos críticos de uma startup.
Grupos de cliente e público-alvo	Empresas existentes, frequentemente visa setores ou empresas de alto crescimento.	Empreendedores nascente e novos, geralmente visa a população em geral e seus segmentos e não tem segmentação por setor
Política de suporte primário	Usa de financiamentos ou incentivos fiscais para alavancar atividades específicas da MPE's (EX: exportação, investimento em P&D)	Utiliza de alavancas não financeiras, exceto nos casos de startups e capital semente.
Período para Resultados	Imediato.	Longo prazo.

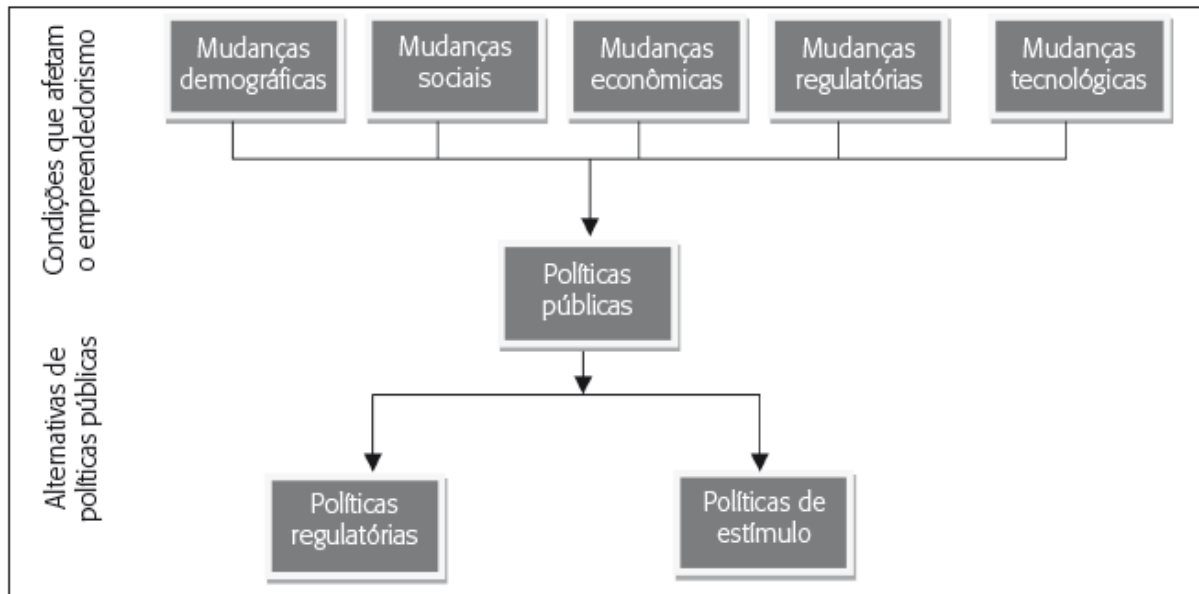
Quadro 2 - Comparação das características da Políticas de MPEs e Políticas de Empreendedorismo, conclusão.

Características	Políticas MPE's	Políticas de Empreendedorismo
Prioridades Políticas	<p>Reduzir a carga burocrática para MPE's existentes;</p> <p>Melhorar o acesso a financiamentos;</p> <p>Melhorar o acesso das MPE's às informações;</p> <p>Facilitar o acesso das MPE's à mercados nacionais e internacionais;</p> <p>Melhorar a competitividade das pequenas empresas;</p> <p>Promover P&D e transferência de tecnologias entre as MPE's.</p>	<p>Reduzir as barreiras processuais, regulamentares e tributárias para a entrada de empresas;</p> <p>Facilitar o acesso à micro empréstimos, capital inicial e outros financiamentos iniciais;</p> <p>Melhorar o acesso à informações e conselhos sobre startups e conhecimento empresarial;</p> <p>Facilitar atividades de redes e intercâmbios para promover a aprendizagem entre pares, parcerias e diálogos;</p> <p>Aumentar as oportunidades para as pessoas aprenderem o processo empreendedor e as habilidades para iniciar um negócio e melhorar a qualidade dos serviços de suporte para a fase inicial do negócio;</p> <p>Criar a consciência do empreendedorismo como uma opção viável.</p>

Fonte: Lundstrom e Stevensom (2005; p 53)

De acordo com Sarfati (2013), as principais condicionantes que afetam a atividade empreendedora e o desenvolvimento de políticas públicas de empreendedorismo e de MPE's são mudanças demográficas, sociais, econômicas, regulatórias e tecnológicas, a partir de então, o autor classifica as políticas em dois tipos, políticas regulatórias e políticas de estímulo, conforme Figura 5.

Figura 5 - Condições que afetam a atividade empreendedora e opções de política pública.



Fonte: Sarfati (2013).

As políticas regulatórias tendem a afetar de forma indiscriminada as MPE's e o empreendedorismo, enquanto as políticas de estímulo, que promovem a atividade empreendedora, tendem a fomentar o surgimento de empreendedores de alto impacto (SARFATI, 2013).

O mesmo autor supracitado exemplifica que as políticas regulatórias como: regras de entrada e saída de negócios, regras trabalhistas e sociais, de propriedade, regras tributárias e de falência, de propriedade intelectual e regras que afetam a liquidez e disponibilidade de capital; e políticas de estímulos como: promoção da cultura e educação empreendedora, desenvolvimento de indústrias de incubadoras e venture-capital, programas de fomento a internacionalização e programas de promoção a inovação através da pesquisa e desenvolvimento.

Fomentar o empreendedorismo vai além da formalização, desburocratização e capacitação dos empreendedores, é preciso elaborar e executar corretamente um conjunto de políticas públicas que afetem direta ou indiretamente os empreendedores, como acesso e condições a obtenção de crédito, programas de incentivos à inovação, leis trabalhistas e tributárias, apoio às incubadoras, promoção da cultura empreendedora etc. (SANTOS; LEITE; FONSECA, 2014).

Desta forma, Stevensom e Lundstrom (2007) afirmam que governos ativos na formulação de políticas de empreendedorismo, em geral, tem três objetivos: fomentar uma cultura empreendedora mais forte, um clima que conduza a sociedade a ser mais

empreendedora; aumentar o nível de atividade empreendedora no país (ou região); ou produzir um aumento no número de novos negócios, de empresários e de empresas.

Para McCann e Ortega-Argilés (2016), existem diferentes tipos de política de empreendedorismo com diferentes objetivos pretendidos dependendo das questões a serem abordadas, que podem ser: políticas de extensão – que visam melhorar o acesso e os serviços de apoio às startups e às MPE's existentes; políticas de criação de novas empresas – focam em reduzir barreiras de entrada e saída, aumentar a taxa de startups e reduzir a burocracia e encargos administrativos; políticas de grupo alvo ou nichos – focada nos grupos sub representados no campo do empreendedorismo e; políticas de empreendedorismo holístico – a mais abrangente, cujo objetivo é aumentar a cultura empreendedora.

O foco das novas políticas de desenvolvimento deve ser na promoção dos processos de geração, aquisição e difusão do conhecimento buscando: no estímulo as múltiplas fontes de conhecimento e as interações entre os diversos agentes, visando dinamizar localmente os processos de aprendizado e de inovação; e no fomento a difusão do conhecimento codificado e tácito por toda a rede de agentes locais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

De acordo com Davari e Farokhmanesh (2017), para formulação de políticas de empreendedorismo é necessário formular estruturas apropriadas para orientar os formuladores de políticas públicas. Os autores relacionaram as Estruturas da Política de Empreendedorismo existentes, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Estruturas da Políticas de Empreendedorismo, continua.

Estrutura	Princípios Políticos da Estrutura
GEM (2016)	<p>Utilizando uma ampla definição de empreendedorismo, essa estrutura determina que as políticas de contexto social, político e cultura são necessárias para o desenvolvimento das atitudes, atividades e aspirações empreendedoras para o crescimento econômico nacional.</p> <p>Requisitos básicos: instituições, infraestrutura, estabilidade macroeconômica, saúde e educação primária.</p> <p>Intensificadores de eficiência: ensino superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, mão de obra eficiente, sofisticação do mercado financeiro, prontidão tecnológica e tamanho do mercado.</p> <p>Inovação e empreendedorismo: finanças empresariais, empreendedorismo público, programas, educação empreendedora, transferência de P&D, infraestrutura comercial e legal para empreendedorismo e regulamento de entrada.</p>

Quadro 3 – Estruturas da Políticas de Empreendedorismo, continua.

Estrutura	Princípios Políticos da Estrutura
OCDE (2016)	Considera como determinantes para melhoria das oportunidades, habilidades e motivações, a fim de promover o desenvolvimento do empreendedorismo: regulamentação e lei para redução de barreiras administrativas, fiscais; disponibilidade do mercado interno e externo; financiamento, ângulos de negócios e capital de risco; educação e formação para empresas empreendedoras e; programas culturais e eventos empresariais. Dessa forma, essas áreas políticas melhorarão o desempenho total do empreendedorismo, com criação de negócios e desenvolvimento.
Estrutura de Hall (2006)	Esta estrutura estabelece que os fatores que afetam o desenvolvimento do empreendedorismo como um processo, são: insumos e recursos econômicos, como disponibilidade de capital de risco e recursos humanos qualificados; tecnologia e disponibilidade de infraestrutura levam a resultados empresariais, como formação de novos negócios, questões de patentes e novos bens e serviços. No entanto, a quantidade de resultados empresariais gerados de uma determinada quantidade de insumos econômicos depende principalmente de políticas públicas sob os quais os empresários operam como, impostos, regulamentos comerciais, sistema legal/judicial e liberdade econômica.
Estrutura de Desenvolvimento do Empreendedorismo do Atlântico Canadense (2006)	Esta estrutura considera três dimensões necessárias para o desenvolvimento do empreendedorismo: motivação, oportunidade e habilidades. A taxa de empreendedorismo em uma comunidade aumenta, se as pessoas se preocupam com o empreendedorismo como uma opção possível e estão dispostas a persegui-lo (motivação), têm conhecimento, habilidades e capacidade suficientes para persegui-lo (habilidades) e apoio adequado para criar um negócio (oportunidades) como acessibilidade à informação, serviços de consultoria, recursos financeiros e incentivos.
Estrutura de Lundstrom e Stevensom (2005)	Estrutura definida a partir de estudos de políticas de empreendedorismo em diferentes países que provaram que havia dois tipos dos objetivos ou efeitos do empreendedorismo: criar uma atitude mais positiva em relação ao empreendedorismo na sociedade (promoção cultural) e remover barreiras para iniciar um negócio (eliminação de obstáculos). Assim as políticas de empreendedorismo foram classificadas em seis grupos quanto a esses efeitos: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos da população.
Estrutura de Kuzilwa (2005)	Esta estrutura considera que três fatores principais afetam o desenvolvimento do empreendedorismo em um país: fatores contextuais - oportunidades lucrativas e liberdade econômica; fatores institucionais - acessibilidade a recursos financeiros, consultoria e marcos legais e; fatores pessoais - educação e experiência de trabalho.

Quadro 3 – Estruturas da Políticas de Empreendedorismo, conclusão.

Estrutura	Princípios Políticos da Estrutura
UNCTAD - 2005	Nessa estrutura, as políticas de empreendedorismo são diferenciadas das políticas gerais como estabilidade da macroeconomia, mercados de trabalho, infraestrutura local etc. As políticas de empreendedorismo incluem o aumento do acesso para financiamentos (empréstimos, bolsa e capital de risco), facilitando a entrada e saída (menor carga administrativa, melhorar a lei de falhas, programas de premiação) e programas de apoio (desenvolvimento de MPE's, conscientização, apoio das minorias).
Estrutura de Peng e Lee (2013)	Esta estrutura considera que a política de empreendedorismo de uma país pode ser dividida em duas áreas políticas: maximizar os ganhos - essas políticas motivam as pessoas para o empreendedorismo e ajudam na criação de empresas; removem as barreiras que estão no início do processo de empreendedorismo e; minimização de perdas: essas políticas auxiliam os empresários falidos a minimizar as perdas: aprimoramento da regulamentação de falências para empreendedores e incentivos ao desenvolvimento do empreendedorismo pela redução do risco associado a empresas em falência e indústrias

Fonte: Davari; Farokmanesh, (2017), adaptado pela autora.

Diante as estruturas da Política de Empreendedorismo identificadas, o tópico seguinte apresenta a Estrutura das Políticas de Empreendedorismo de Lundstrom e Stevensom detalhadamente.

2.3.2 Estrutura das Políticas de Empreendedorismo de Lundstrom e Stevensom.

Lundstrom e Stevensom após realizarem um estudo com treze países, nos anos de 2000 e 2001, com objetivo de identificar políticas nacionais que atendessem aos parâmetros por eles definidos de Políticas de Empreendedorismo, identificaram os principais desafios desta política e categorizam, as mesmas, em seis áreas distintas.

Governos que buscam implantar sua política de empreendedorismo enfrentam quatro grandes desafios: influenciar a cultura empreendedora; encorajar empreendedores nascentes; converter nascentes em verdadeiros empreendedores e apoiar os primeiros quatro anos de vulnerabilidade inicial para influenciar um caminho positivo de sobrevivência e crescimento (STEVENSON; LUNDSTROM, 2007).

Após a análise de uma série de políticas e iniciativas, Lundstrom e Stevensom, categorizaram essas políticas e construíram uma estrutura para políticas de empreendedorismo que consiste em seis componentes: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora,

redução das barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos da população (LUNDSTROM; STEVENSOM, 2005; STEVENSOM; LUNDSTROM, 2007; JUNIOR *et al.*, 2013; BEZERRA *et al.*, 2014).

Na Figura 6 é possível observar a estrutura das políticas de empreendedorismo desenvolvida pelos autores.

Figura 6 - Estrutura das políticas de empreendedorismo



Fonte: Lundstrom e Stevensom (2005; p. 61)

Com o mapeamento das políticas e ações dos governos, individualmente, dentro de cada um dos seis componentes, Stevensom e Lundstrom identificaram os objetivos e as medidas políticas em cada área da estrutura das políticas de empreendedorismo (LUNDSTROM; STEVENSOM, 2005; STEVENSOM; LUNDSTROM, 2007; JUNIOR *et al.*, 2013; BEZERRA *et al.*, 2014). No Quadro 3 é possível observar os objetivos e medidas políticas de cada área da estrutura das políticas de empreendedorismo.

Quadro 4 - Objetivos e medidas de cada área da estrutura das políticas de empreendedorismo, continua.

Área da Política	Objetivo	Medidas Políticas
Promoção do Empreendedorismo	Aumentar o valor social do empreendedorismo; criar mais consciência de empreendedorismo na sociedade e promover modelos/ exemplos confiáveis	Programas de premiação; Perfis modelos e exemplos; Atividades de mídia de massa; Eventos de empreendedorismo;
Educação Empreendedora	Aumentar as oportunidades para as pessoas obterem conhecimento empresarial e integrar o empreendedorismo em vários níveis do sistema de educação formal	Empreendedorismo inserido nas diretrizes curriculares nacionais; Desenvolvimento de currículo relacionado ao empreendedorismo para integração nos níveis do sistema de educação formal; Treinar professores como ensinar empreendedorismo; Apoiar o empreendedorismo juvenil e atividades de empreendimento estudantil. Patrocinar competições e prêmios de planos de negócios; Financiar incubadoras e programas de capital semente.
Barreiras de Entrada e Saída	Reduzir o tempo e o custo de iniciar um novo negócio; reduzir as barreiras e melhorar as oportunidades de inicialização e crescimento; remover desincentivos à decisão de escolha de carreira empresarial	Simplificar os processos de registro de empresas; Acesso em local único para todas as negociações com o governo; Remover os desestímulos no mercado de trabalho, seguridade social e regimes tributários; Revisar a política de concorrência, legislação societária, leis de falências, regimes de patentes e propriedade intelectual, regulamentos que afetam a transferência de propriedade de negócios; Relaxar a carga tributária e administrativa sobre as novas empresas; Oferecer subsídios e incentivos fiscais para novas empresas e incentivos fiscais para incentivar os investidores a liberar capital para novas empresas; Implementar melhores unidades de regulamentação dentro do governo
Suporte para novos negócios	Fornecer acesso fácil a informações de inicialização de um negócio, orientações, aconselhamento e outros apoios institucionais e facilitar a transferência de conhecimentos	Redes de centros de serviços para empresas e startups e locais únicos para novos empreendedores; Portais da web de inicialização de novos negócios; Programas de mentorias e treinamentos para novos empreendedores; Estratégias nacionais de incubadoras; Suporte para redes de empreendedores; Programas para melhorar a qualidade dos serviços de consultoria empresarial.

Quadro 4 - Objetivos e medidas de cada área da estrutura das políticas de empreendedorismo, conclusão.

Financiamentos	Abordar as falhas de mercado e lacunas na provisão de financiamento apropriado para empresas novas e em estágio inicial; reduzir assimetrias de informação.	Fundos de micro empréstimos, pré-empresendimentos e iniciais para novos empreendedores; Programas de garantia de empréstimo; Fundos de capital semente para iniciantes tecnológicos; Incentivos para investimentos de anjo e capital de risco em empresas novas e em estágio inicial, promover redes de anjo; Acesso a informações sobre fontes e tipos de financiamento disponíveis; Parcerias com bancos e outros intermediários de financiamento.
Estratégias para segmentos específicos da população	Reduzir as barreiras sistêmicas para aumentar as taxas de inicialização de grupos sub-representados como proprietários de negócios e reduzir riscos para startups de tecnologia de alto crescimento para geração de riquezas	Centros empresariais específicos de grupos-alvo, prêmios, promoção (exemplos/ referências), serviços de consultoria, treinamento e orientação, redes de pares, portais da web e programas de empréstimo; Licitações; Incubadoras para iniciação técnica Capital de risco, fundos pré semente, programas de capital de risco para estágios iniciais.

Fonte: Stevensom; Lundstrom (2007; p.109)

Corroborando com os autores, Smallbone (2017), afirma que a política de empreendedorismo é correspondida por meio de uma lista dos tipos de intervenções políticas que podem promover-la ou apoiá-la, incluindo: a promoção da cultura empreendedora e atitudes mais favoráveis ao empreendedorismo; a integração da educação empreendedora nas escolas e em todos os níveis de ensino; redução de barreiras de entrada, combinada com medidas que facilitem a entrada de empresas no mercado; o fornecimento de financiamento inicial para facilitar a criação de negócios e conseqüentemente o desenvolvimento deles; vários tipos de apoio a start-ups, incluindo programas de mentoria, incubadoras de empresas, concebidas essencialmente para aumentar o número de novos negócios e nutrir seu desenvolvimento inicial e; medidas para aumentar a participação de grupos sub representados na propriedade das empresas, como minorias étnicas, mulheres e jovens.

Esse conjunto de medidas podem ser tomadas como uma tentativa de promover, encorajar e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo através de várias medidas que são projetadas para melhorar o ambiente em que o empreendedorismo pode florescer (SMALLBONE; 2017).

Considerando que a política de empreendedorismo emergiu recentemente como um domínio de política, não é surpreendente que os esforços para medir seus impactos e identificar indicadores de desempenho apropriados não estejam bem desenvolvidos (STEVENSON; LUNDSTROM; 2007, JUNIOR *et al.*, 2013).

Assim, para a implantação de políticas de empreendedorismo os governos devem considerar os seguintes aspectos: determinar que resultado se espera da política de empreendedorismo em termos de contribuição para o crescimento da economia; identificar algumas medidas de linha de base que possam ser utilizadas para monitorar o progresso e os desenvolvimentos ao longo do tempo; identificar quais impactos são prejudiciais de cada uma das áreas específicas da estrutura da política de empreendedorismo; definir indicadores de desempenho para cada uma das micro políticas articuladas por meio de programas ou iniciativas individuais e preparar uma revisão anual de seus programas da política de empreendedorismo e comparar seus resultados de desempenho com outros países (STEVENSON; LUNDSTROM; 2007).

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada nesta dissertação está classificada como uma pesquisa aplicada, quanto a sua natureza, pois será dirigida à solução de um problema específico que envolve questões e interesses locais no que tange ao município de Itajubá-MG.

Quanto ao objetivo, classifica-se como uma pesquisa descritiva. Um estudo descritivo busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise (SAMPIERI; COLADO; LUCIO, 2006). Assim, objetivo geral desse trabalho é identificar e classificar as políticas de empreendedorismo e inovação de Itajubá-MG.

O procedimento técnico a ser utilizado será o Estudo de Caso, uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real (YIN, 2001). Os estudos de casos são muito utilizados com diferentes objetivos, como desenvolvimento de teorias e formulação de hipóteses, descrição de fenômenos em situações complexas que inviabilizam experimentos e descrição do contexto de uma investigação, pois são eficazes para alcançar uma visão global do problema ou a identificação de possíveis fatores que expliquem o problema (GIL, 2010).

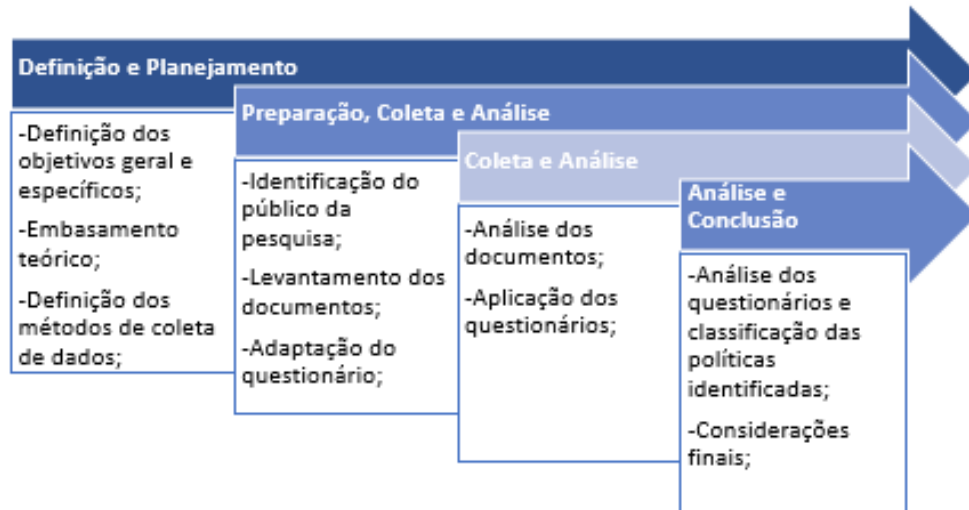
De acordo com Yin (2001), um estudo de caso segue basicamente, as seguintes etapas: definição e planejamento; preparação, coleta e análise; e análise e conclusão. A Figura 7, demonstra as etapas do Estudo de Caso realizado.

A forma de abordagem do problema pesquisado é qualitativa, pois busca-se entender a dinâmica deste fenômeno e suas perspectivas.

A coleta de dados, tanto num estudo quantitativo quanto qualitativo é fundamental, apenas os objetivos são diferentes. Os dados qualitativos consistem numa descrição profunda e completa de interações, eventos, situações, percepções, experiências, comportamentos de pessoas ou grupos, que são coletados com a finalidade de analisá-los para compreendê-los e assim responder as questões de pesquisa buscando gerar conhecimento (SAMPIERI, COLLADO; LUCIO; 2006).

Para a coleta de dados desse trabalho, foram utilizados dois métodos, uma análise documental e a aplicação de um questionário estruturado, a fim de alcançar os objetivos de forma específica.

Figura 7: Etapas do Estudos de Caso realizado.



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise documental foi realizada para identificar políticas, ações, instrumentos legais e recursos financeiros de fomento ao empreendedorismo e a inovação no município, e assim analisar a atuação do governo municipal junto ao Sistema de Inovação Local. Dessa forma, foi realizado um levantamento de leis, decretos, portarias, atividades e ações de fomento ao empreendedorismo e inovação do município por meio do portal eletrônico do Diário Oficial do município, serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal e visita aos sites dos atores do Sistema de Inovação Local entre os meses de fevereiro e maio de 2021.

O questionário estruturado, foi utilizado para estabelecer a estrutura da política de empreendedorismo de Itajubá-MG de acordo com as seis categorias: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, suporte para novos negócios, financiamentos e estratégias para segmentos específicos; identificar, nas seis categorias, quais as que necessitam serem trabalhadas e; identificar políticas que estejam em implementação ou planejamento.

O questionário utilizado nesta pesquisa, foi adaptado do questionário utilizado por Lundstrom e Stevensom nos estudos com treze países, que objetivavam a identificação de políticas nacionais que atendessem aos parâmetros por eles definidos na Estrutura da Política de Empreendedorismo, que foi dividida nas seis categorias supracitadas.

A utilização da Estrutura das Políticas de Empreendedorismo de Lundstrom; Stevensom (2005) e Stevensom; Lundstrom (2007), ocorreu por conta de que, entre as estruturas de

políticas de empreendedorismo identificadas, esta foi considerada a mais adequada e satisfatória para adaptação e utilização no âmbito municipal a fim da identificação de políticas que influenciam o desenvolvimento do empreendedorismo.

O questionário utilizado, conforme Anexo A, é composto por 68 questões múltipla escolha com quatro alternativas “Sim”, “Não”, “Desconheço” e “Existem iniciativas em planejamento a serem implementadas”. Cada questão possui, também, um campo de “Evidências” para que fossem indicadas evidências da afirmação em questão.

Para identificar o percentual de cada categoria do questionário, as alternativas foram pontuadas conforme Lundstrom; Stevensom (2005). Assim, as alternativas assinaladas “SIM” equivaliam 0,5 ponto e as alternativas assinaladas “SIM” e que forma apresentadas “Evidências” foram acrescidas de mais 0,5 ponto, sendo que a pontuação máxima para cada questão foi de 1 ponto. Já as alternativas assinaladas “Não”, “Desconheço” e “Existem iniciativas em planejamento a serem implementadas” equivaliam a 0 pontos. O quadro 4 apresenta a quantidade de questões de cada categoria.

O questionário foi impresso e aplicado junto a Prefeitura Municipal de Itajubá durante o mês de outubro de 2021. Entretanto foi respondido pelos secretários que estão envolvidos, diretamente, com os processos abordados nas categorias elencadas conforme relacionado no quadro 4. As secretarias municipais respondentes foram: Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio, Educação, Finanças e Coordenação Geral e Gestão.

Quadro 5 – Quantidade de questões do questionário por categoria.

Categoria	Nº de Questões	Secretaria Respondente
Promoção do Empreendedorismo	8	Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio
Educação Empreendedora	14	Educação
Barreiras de Entrada e Saída	14	Coordenação Geral e Gestão
Financiamentos	11	Finanças
Suporte para novos negócios	15	Coordenação Geral e Gestão
Estratégias para segmentos específicos	6	Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio
Total	68	

Fonte: Elaborado pela autora

Após o preenchimento e devolução do questionário, foi realizada a tabulação do mesmo atribuindo a pontuação de cada questão respondida, chegando assim ao percentual final de cada categoria.

A próxima seção, apresenta o objeto de estudo deste trabalho.

3.1 Objeto de Estudo

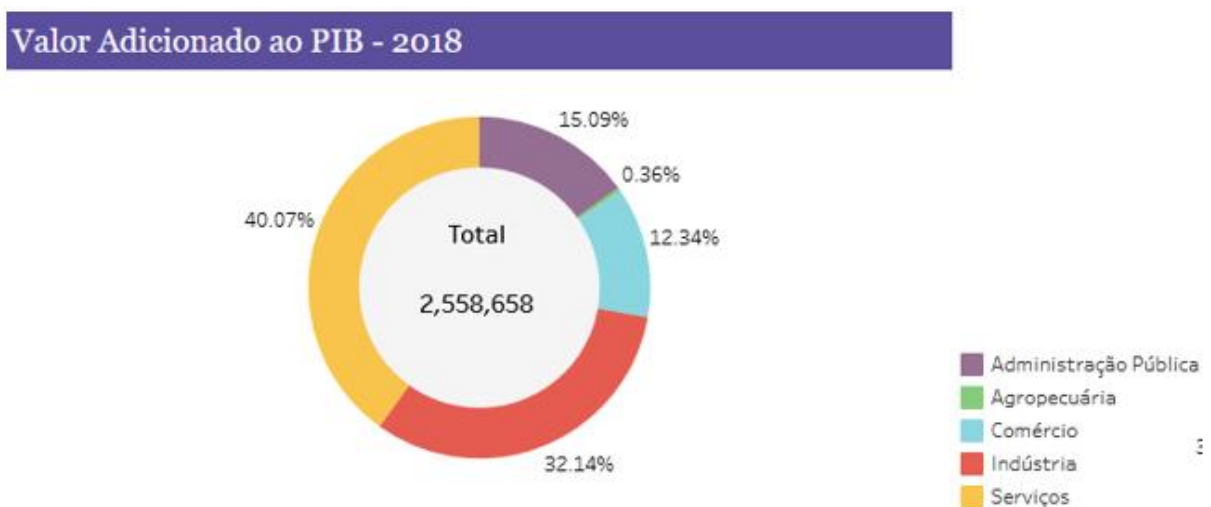
Itajubá é um município brasileiro que está localizado no sul do Estado de Minas Gerais e foi fundado em 19 de março de 1819. Possui uma população estimada do município é de 97.334 habitantes, sendo que 28,5 % deste correspondem ao percentual da população ocupada e a média salarial mensal dos trabalhadores formais foi de 2,9 salários-mínimos, em 2018 (IBGE, 2021).

Quanto aos índices educacionais, de acordo com o IBGE (2010), o município apresentou uma taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade, de 98,1% e seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 2017, foi de 7,0 nos anos iniciais e 4,5 nos anos finais. Com o IDEB 7,0 o município ficou em 4º lugar entre os municípios da sua região imediata.

O município faz divisa com outras 6 cidades, e é o principal município dentro da sua região geográfica imediata, com uma localização estratégica entre as 3 principais capitais do país (238 km de São Paulo, 301 km do Rio de Janeiro e 447 km de Belo Horizonte) e duas principais rodovias (66 km da BR116 Dutra e 60 km da BR 381 Fernão Dias).

O Produto Interno Bruto - PIB per capita do município, onde são consideradas todas as riquezas dividido pela quantidade de habitantes, foi de R\$ 31.052,96 no ano de 2018, e a atividade econômica de maior contribuição para o PIB são as atividades de Serviços, conforme Figura 8.

Figura 8: Valor Adicionado ao PIB de Itajubá-MG 2018



Fonte: IBGE (2018)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH M do município, levantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 2010, foi 0,787, valor este considerado alto, que coloca Itajubá em 4º lugar no ranking dos municípios mineiros e em 1º lugar no ranking dos municípios do Sul de Minas. O IDH M é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população onde são considerados critérios como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade.

O Índice SEBRAE de Desenvolvimento Econômico Local – ISDEL do município é de 0,427, o que coloca o município na 12ª posição no ranking dos municípios de Minas Gerais. O ISDEL é o índice do SEBRAE Minas que busca representar o em termos quantitativos as cinco dimensões do desenvolvimento econômico local – capital empreendedor, tecido empresarial, governança para o desenvolvimento, organização produtiva e inserção competitiva.

Tradicionalmente reconhecida por sua vocação tecnológica, Itajubá possui 05 (cinco) instituições de ensino superior presenciais, Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Centro Universitário de Itajubá – FEPI, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM, Faculdade de Medicina de Itajubá – FMIT e a Faculdade Wenceslau Braz – FWB, e mais 07 (sete) instituições que atuam na modalidade de educação a distância – EAD, que juntas somas mais de 15 mil alunos, 46 cursos de graduação, 72 cursos EAD e 20 grupos de pesquisa.

O ecossistema municipal de empreendedorismo e inovação, denominado Itajubá *Hardtech*, conta com mais de 100 startups com taxa de sucesso de 80,0%; duas incubadoras sendo uma incubadora de base tecnológica – INCIT, com capacidade para até 30 empresas e uma incubadora tecnológica de cooperativas populares – INTECOOP; um Parque Tecnológico com mais de 600 mil m² de área; uma pré-aceleradora, um espaço de co-criação e dois espaços de Coworking, além de 03 (três) grupos setoriais nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, Energia e Metal Mecânico e um Arranjo Produtivo Local – APL de TIC (INOVAI, 2021).

Diante do contexto apresentado, a seção seguinte traz os resultados alcançados com este trabalho bem como o contexto histórico do objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Ações de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificadas na Análise Documental.

A partir da análise documental foi possível identificar políticas, ações, instrumentos legais e recursos financeiros de fomento ao empreendedorismo e a inovação no município, e assim analisar a atuação do governo municipal junto ao Sistema de Inovação Local ao longo dos anos.

Com a iniciativa de um grupo de professores da UNIFEI, na época ainda como Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI), surgiu uma proposta de integração regional entre os municípios de Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, a princípio, com objetivo de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento integrado da região. A partir de então surge, em 1994, o projeto Rota Tecnológica 459, quando os municípios de Lorena, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre e Poços de Caldas, cidades situadas ao longo da BR-459, estabeleceram um plano único de desenvolvimento, iniciando assim um projeto de desenvolvimento regional com objetivo de proporcionar uma integração entre as cidades visando conciliar a competição entre elas com mecanismos mais cooperativos, complementares e sinérgicos.

Com o estabelecimento do projeto da Rota Tecnológica 459, iniciou-se a ideia de um Conselho de Ciência e Tecnologia para o município, e em 1996 ele foi criado.

A partir da Rota Tecnológica 459 e do suporte do Conselho de Desenvolvimento de Itajubá – CODIT foi elaborado um plano de desenvolvimento do município, conhecido como Itajubá Tecnopolis, no ano de 1997, que estabeleceu metas e estratégias para o desenvolvimento do município a partir da Ciência e Tecnologia. A elaboração deste plano contou com ampla participação da sociedade e por meio dos grupos organizados da cidade, buscou-se responder à questão do que as pessoas queriam de Itajubá nos próximos 20 anos.

Nota-se que a iniciativa do projeto da Rota Tecnológica 459 não partiu do governo municipal, porém, ele aderiu ao projeto proposto pela universidade, realizou articulações políticas junto aos municípios da região e formulou políticas públicas para formalização do plano de desenvolvimento do município.

O Itajubá Tecnopolis abordava em seu plano a implantação de um Parque Científico e Tecnológico no município, assim, no ano 2000, foi realizada uma parceria entre UNIFEI, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado – SECTES e Prefeitura Municipal para construção do Parque Científico e Tecnológico de Itajubá (PCTI). Em 2005, ocorreu a cessão do terreno de 40 mil m², dentro do campus da UNIFEI, para construção da fase I do PCTI que foi inaugurada em 2012 e, atualmente, conta com 03 centros de pesquisa (Centro de Estudos em Qualidade da Energia e Proteção Elétrica, Centro de Excelência em Eficiência Energética e Centro de Estudos, Investigação e Inovação em Materiais Biofuncionais e Biotecnologia).

O Núcleo de Educação a Distância (NeaD), o condomínio de Empresas Incubadas e Graduadas e um Hangar que abriga laboratórios de aeronaves e veículos aéreos não tripulados. A fase II do PCTI, iniciada em 2020, localiza-se em uma área da UNIFEI e da Prefeitura Municipal, destinadas a ampliação do Parque, conta com aproximadamente 600 mil m² e encontra-se em obras para viabilizar a instalação do Centro Tecnológico para o Pré-sal Brasileiro (CTPB) e da nova sede do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), bem como a instalação de algumas empresas de base tecnológica no município (INOVAI, 2021).

Para desenvolvimento do PCTI, nota-se, inicialmente, o governo municipal atuando junto ao Governo do Estado e Governo Federal em uma união de esforços, realizando articulações estratégicas para realização do projeto em sua fase I. Para a fase II, o governo municipal, em parceria com a UNIFEI, disponibiliza um terreno para ampliação do PCTI, fomentando, assim, a ampliação do projeto.

No ano 2000, foi inaugurada a Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá (INCIT), uma estrutura de apoio à geração e consolidação de startups de excelência em tecnologia, que tem como objetivos: abrigar, apoiar e incentivar os projetos e empreendimentos inovadores de natureza tecnológica, e promover e fomentar as atividades de empreendedorismo no município e na região. Em 2020, a INCIT foi reinaugurada após realização de uma reforma em seu prédio localizado na fase I do PCTI (INCIT, 2021).

O município ainda possui a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), fundada em 2006, com o objetivo de mobilizar grupos populares por meio do trabalho coletivo, do incentivo à autogestão e da transferência de tecnologia, como forma de promover a cidadania de acordo com os princípios da economia solidária (UNIFEI, 2021). O governo municipal atua como financiador dos programas de incubação tanto da INCIT quanto da INTECOOP.

Baseada em uma política de expansão capaz de oferecer atendimento mais amplo e diversificado à demanda nacional, e sobretudo, regional de formação de profissionais da área de tecnologia, em 2002, a EFEI tornou-se UNIFEI, mediante a lei nº10.435, e expandiu seus cursos de graduação de 02 para 09 cursos.

Em 2004, foi fundado o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UNIFEI. O NIT UNIFEI tem como objetivo estruturar e implantar políticas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação. Nesse mesmo sentido, o NIT da FEPI, fundado em 2013, visa promover e zelar pela proteção legal do conhecimento gerado no Centro Universitário de Itajubá, além de estimular e orientar a transferência de tecnologia protegida para o setor produtivo.

A formulação de políticas públicas e estabelecimento de leis de fomento ao empreendedorismo e inovação é uma ação do governo de grande importância para a sustentabilidade dos programas e ações que busquem o desenvolvimento do município por meio do empreendedorismo e da inovação. Nesse contexto identificou-se a criação do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo e a implementação da Lei Geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que criou a Sala do Empreendedor.

O Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo do município, estabelecido em 2008 mediante a lei 2677 é composto pelo: Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo (COMCITIE), Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo (FUMCITIE) e Ambiente de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Inovação e ao Empreendedorismo, e foi criado para que o município promova o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o empreendedorismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, 2021).

No ano de 2009, foi sancionada a Lei Geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no município, lei nº 2712, que regulamentou o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e criou a Sala do Empreendedor com o objetivo de orientar empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município. Em 2018, o projeto da Sala do Empreendedor foi reformulado, e em parceria com SEBRAE e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), passou a chamar-se de Sala Mineira do Empreendedor e visa melhorar e simplificar o ambiente de negócios oferecendo, em um espaço único, apoio para empreendimentos de todos os portes.

Em 2012, além da inauguração da fase I do PCTI, foi formada a Rede de Empresas de Tecnologia, Inovação e Conhecimento (RETIC) com a missão de promover o desenvolvimento

econômico através da Tecnologia, Inovação e do Conhecimento compartilhado. Com aproximadamente 40 empresas associadas, a RETIC conquistou, em 2016, o título de Utilidade Pública Municipal demonstrando assim sua importância para o município. Nesse mesmo ano, ainda foi reconhecida como um Arranjo Produtivo Local denominado APL TIC de Itajubá que trabalha nos segmentos de tecnologia da informação e comunicação, energia, eletromédico, educação, automação industrial, predial e comercial. A interação entre governo municipal e as empresas da RETIC foi fundamental para o reconhecimento do APL, assim nota-se a articulação estratégica do governo e apoio institucional para esse reconhecimento.

Ainda em 2012, foi inaugurado o Centro de Empreendedorismo da UNIFEI (CEU), uma organização que integra diversos parceiros e programas de desenvolvimento em empreendedorismo visando promover o comportamento, ação e gestão empreendedora e gerar desenvolvimento local por meio da educação empreendedora e competitividade das organizações. Diante da expressividade do Centro de Empreendedorismo, em 2019, o espaço foi ampliado e passou a contar com um espaço *Maker* e um *Corworking*, ambientes de trabalho compartilhados que fomentam a criatividade e a cooperação entre seus usuários.

Visando a capacitação e formação dos empreendedores, em 2012, também, foi inaugurada a unidade da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais (UAITEC) que tem por objetivo promover a inclusão digital e social por meio da oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional nas modalidades presencial e a distância, incentivando e fomentando a cultura inovadora, tecnológica e empreendedora nos municípios. Em 2014, por meio de uma parceria com o Instituto Federal (IF Sul de Minas), foi instituído um polo de educação a distância no município.

O IF Sul de Minas tem como missão promover a excelência na oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS, 2021). Para realização destes programas o governo municipal firmou parcerias com o Governo do Estado e com o Instituto Federal e oferece toda a infraestrutura e os recursos humanos necessários para realização destes programas, atuando assim como financiador deles.

Por entenderem que Itajubá possui mecanismos de geração de renda e de empregos baseados na ciência, tecnologia e inovação, em 2017, foi criada a Associação Itajubense de Empreendedorismo e Inovação (INOVAI) que se propõe a gerir, de forma colaborativa, as atividades de inovação e empreendedorismo como: incubação de empresas de base tecnológica, aceleradoras, o parque científico e tecnológico, transferência de tecnologia, gestão de projetos

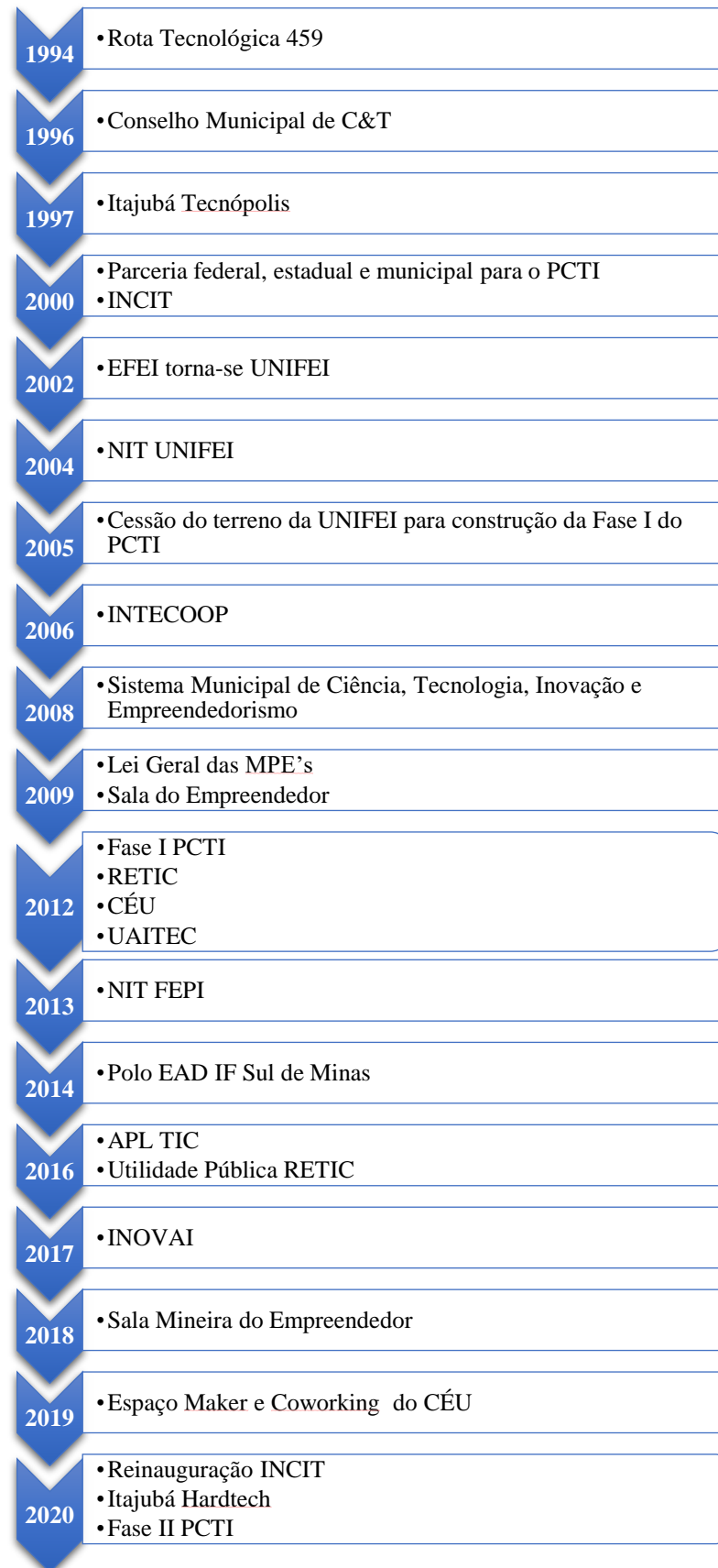
de C&T&I, dentre outras atividades que possam gerar negócios e consolidem o município com uma cidade com inteligência tecnológica (INOVAI, 2021).

A INOVAI tem como fundadores 07 instituições: Prefeitura Municipal de Itajubá, UNIFEI, Associação Comercial (ACIEI), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), FACESM, Sindicato das Indústrias (SIMMMEI) e a Secretaria de Estado (SEDECTES), um arranjo com envolvimento de instituições públicas e privadas nos níveis federal, estadual e municipal. Identificou-se que o governo municipal apoiou a criação da INOVAI, tanto que sua participação na associação é como sócio fundador, e até o momento, tem oferecido apoio institucional para o desenvolvimento dos programas da associação junto ao ecossistema.

Quando empresas, universidade, governo e outros agentes privados se unem a fim de criar um ambiente colaborativo e inovador, onde todos atuam para fazer descobertas, crescer juntos, e compartilhar resultados em comum, tem-se uma Ecossistema de Inovação. Assim, a partir de 2020, a identidade do ecossistema de empreendedorismo e inovação do município passou a ser “Itajubá *Hardtech*”. O termo *Hardtech* é comumente utilizado para designar comunidades e ecossistemas que abraçam sem medo tecnologias complexas e a resolução de problemas de alto impacto. A identidade Itajubá *Hardtech* é considerada imprescindível para ampliação da visibilidade e notoriedade do ecossistema, divulgando suas contribuições para a sociedade e os resultados alcançados. Esta identidade foi definida a partir de uma consulta da INOVAI junto aos atores do ecossistema onde o governo municipal, atua, também, com apoio institucional.

O Gráfico 1 apresenta as ações de fomento ao empreendedorismo e inovação identificados no Sistema de Inovação Local, durante o período de 1994 a 2020.

Gráfico 1 – Ações de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação de 1994 a 2020.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1 Instrumentos Legais de fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificados.

Com a análise documental, também foram identificadas leis, decretos e portarias relacionadas a promoção e fomento do empreendedorismo e inovação e da educação empreendedora.

De acordo com o Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Itajubá (2021), a lei 2.195 de 1998 com emenda na lei 2.718 de 2009 e 2.948 de 2012 que dispõe sobre incentivos à instalação e/ou expansão de empresas no município através de doações de terrenos e concessão de subvenções econômicas. Esta lei permite ao município, doar terrenos ou permitir seu uso por tempo determinado, oferecer incentivos fiscais, como redução de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Imposto sob Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, bem como subvenções econômicas como pagamento de aluguel por período determinado, a fim de viabilizar a instalação e/ou ampliação de empresas no município. No Quadro 4 encontra-se a relação das 47 (quarenta e sete) leis de doações e incentivos e subvenções realizadas pelo município até o ano de 2020.

Quadro 6 - Leis de Doações, Incentivos e Subvenções realizadas de 1999 a 2020, continua.

ANO	LEI nº	EMPRESA	BENEFÍCIO
1999	2.230	EMDEP	Subvenção
2000	2.300	Higident	Doação
	2.301	Cofap/MAHLE	Doação
	2.318	Alstom/GE	Incentivo Fiscal
	2.366	EMDEP	Doação
2003	2.475	GIMA Máquinas	Doação
2004	2.513	Associação Antigas Alunas da Previdência	Doação
	2.536	GNS Indústria e Comércio LTDA.	Doação
	2.535	E.G. Projetos Ferramentaria e Usinagem	Doação
2005	2.540	Neurotec	Doação
	2.548	AIRCRA - Associação Itajubense de Rádio Cidadão e Radioamadores	Doação
	2.561	Dalmo e Cia LTDA/Minas Tubos	Doação
	2.569	AIDC/Prime Interway	Subvenção
2006	2.576	Intermec/Honeywell	Incentivo Fiscal
	2.577	AIDC/Prime Interway	Incentivo Fiscal
	2.603	Orteng	Doação
	2.611	Concreto Artefatos de Cimento	Doação

Quadro 6 - Leis de Doações, Incentivos e Subvenções realizadas de 1999 a 2020, conclusão.

2007	2.623	Higident	Doação
	2.624	AIDC/Prime Interway	Subvenção
	2.641	Higident	Doação
	2.644	MAHLE	Doação
2009	2.709	Riba Motos	Subvenção
	2.736	MAHLE	Doação
	2.737	T.E.L Telecomunicações e Eletrônica / Multitoc	Doação
2010	2.768	AGIT Soluções Ambientais Ltda.	Permissão de Uso
	2.771	Autofind Industrial Equipamentos Eletro-Eletrônico Ltda	Subvenção
	2.801	Higident	Doação
2011	2.811	Pontual	Doação
	2.812	U.S.M.	Doação
	2.813	Alves e Mohallem	Doação
	2.814	Quireli	Doação
	2.818	Siqueira e Silva	Doação
	2.819	Serralheria São Judas Tadeu	Doação
2011	2.836	UNIFEI	Doação
	2.834	Orteng/Balteau	Doação
	2.899	GIMA Máquinas	Doação
	2.815	Elle Effe	Doação
	2.895	Helibras do Brasil AS	Incentivo Fiscal
2013	3.020	Plasincó / Cabelauto	Doação
	3.011	SENAI	Doação e Permissão de Uso
2015	3.094	Alves e Mohallem	Doação
	3.144	LNA	Doação
2017	3.202	Cine Colombo	Doação
2018	3.292	Advantech do Brasil Ltda	Doação
2019	3.354	DAC Engenharia	Doação
	3.355	Indústria Reunidas Raymundo da Fonte S/A - Brilux	Incentivo Fiscal e Subvenção
2020	3.405	Xmrobots Aeroespacial e Defesa Ltda	Doação

Fonte: Elaborado pela autora.

Também para incentivos fiscais, identificou-se a Lei Complementar nº 16 de 2003, lei complementar nº 24 de 2005 e lei complementar nº 84 de 2014, que dispõem sobre a legislação tributária do município e concede incentivo fiscal para contribuintes do ISSQN. Esta lei possui uma relação de atividades empresariais que se exercidas no município terão sua alíquota de ISSQN reduzida para 2% automaticamente.

O decreto 4984 de 2014, que regulamenta as feiras livres no município, contém medidas de políticas administrativas para o funcionamento das férias livres em Itajubá-MG.

Regulamentando o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo, localizou-se os decretos: 5037 de 2014, 5038 de 2014, 5243 de 2014 e 6599 de 2017. O decreto 5037 de 2014 instituiu as competências do conselho municipal COMCITIE para: orientar e propor diretrizes para as Políticas Municipais de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo do município tendo em vista o planejamento e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do município; propor diretrizes para operacionalizar e fortalecer o Ambiente de Apoio do Sistema Municipal e fortalecer seus instrumentos; comentar anualmente a utilização das aplicações dos recursos utilizados via FUMCITIE; discutir, comentar e propor, se necessário, sugestões ao relatório anual das atividades do Sistema Municipal; e elaborar propostas de instrumentos legais destinados a incentivar e viabilizar os sistemas, estruturas e programas do Ambiente de Apoio do Sistema Municipal e submetê-las ao Poder Executivo.

Já os decretos 5038 de 2014, 5243 de 2014 e 6599 de 2017, nomeiam os membros que compõem o COMCITIE. Atualmente o conselho tem como presidente o Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio e é composto por representantes das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Educação, Superintendência Regional de Ensino – SRE, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, UNIFEI, FEPI, FACESM, FMIT, CDL, ACIEI, SEBRAE e SIMMMEI.

Foi localizada a portaria 855/2019 que institui o Comitê Gestor de Implantação da Educação Empreendedora na rede municipal de ensino de Itajubá e dá outras providências. O Comitê Gestor de Implantação da Educação Empreendedora tem como competências: sensibilizar a sociedade para a importância da Cultura Empreendedora na Rede Municipal de Ensino de Itajubá; implantar o Programa Cultura Empreendedora em todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino; promover na Comunidade Escolar, a partir do Programa Cultura Empreendedora, o desenvolvimento de um comportamento empreender; acompanhar e fazer cumprir, conforme o cronograma oficializado pela Secretaria Municipal de Educação, as atividades relativas ao Programa Cultura Empreendedora; avaliar os resultados da implantação do Programa Cultura Empreendedora na Rede Municipal de Ensino, bem como a necessidade do repasse para novas turmas de professores da metodologia do SEBRAE/MG; e garantir a inclusão do Programa Cultura Empreendedora, bem como suas atividades, calendário e

ferramentas pertinentes em todos os Anos do Ensino Fundamental ofertados pela Rede Municipal de Ensino.

O município também possui leis que definem datas específicas a serem incluídas no calendário de eventos e festas do município. As leis identificadas neste sentido foram: lei 3211 de 2017 que institui e inclui no calendário de eventos e festas do município a Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser comemorada, anualmente, na terceira semana do mês de outubro; lei 3330 de 2019 que institui e inclui no calendário de eventos e festas do município o Dia Municipal da Indústria, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio; Lei 3374 de 2020 que institui e inclui no calendário de eventos e festas do município a Semana Municipal das Mulheres Empreendedoras, a ser comemorada, anualmente, na segunda semana do mês de março.

Instituindo a declaração municipal de direitos de liberdade econômica, identificou-se a lei 3410 de 2021 que estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências. Esta lei determina as normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e a disposição sobre a atuação da Administração Pública Municipal como agente normativo e regulador tendo como princípios a liberdade do exercício de atividades econômicas, a presunção de boa-fé do particular e intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

4.1.2 Orçamento para Ações de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação identificados.

Um papel comumente atribuído ao governo é o de financiador do Sistema de Inovação Local ou do Ecossistema, sendo assim foi realizada uma análise do orçamento da secretaria responsável pelas ações de empreendedorismo e inovação no município.

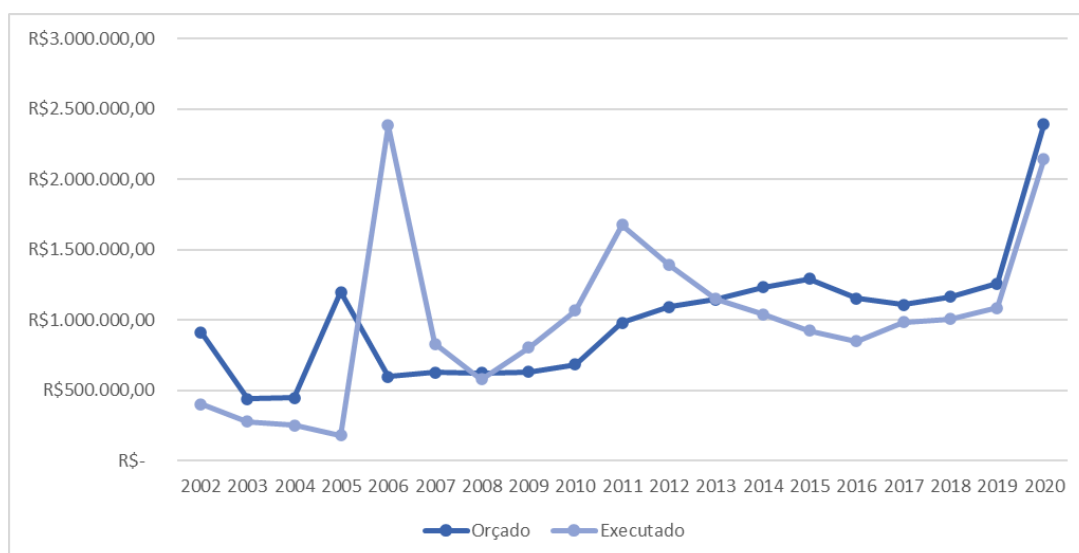
A Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio – SMICT tem como missão estimular a implantação e a expansão de empreendimentos no município visando o desenvolvimento sustentável, com o conseqüente crescimento do produto interno bruto e melhoria da distribuição de renda, e promover a pesquisa aplicada, a inovação e o empreendedorismo, essenciais ao desenvolvimento tecnológico do município de Itajubá. Também é a secretaria responsável pelos programas do Sistema Nacional de Empregos - SINE, CVT/ UAITEC/ IF Sul de Minas e Sala Mineira do Empreendedor.

Analisando o orçamento específico da SMICT, identificou-se que, atualmente, o orçamento desta secretaria corresponde a, aproximadamente, 1% (um por cento) do orçamento total geral do município.

Desta forma, foi levantado os valores do orçamento e execução dos recursos da secretaria no período de 2002 a 2020. O Gráfico 2, apresenta esses valores ao longo dos anos.

Dentre as principais ações e programas contidos nos orçamentos, de 2002 a 2020, nota-se que foram destinados o maior volume de recursos da secretaria para a Manutenção das Atividades Operacionais (despesas com pessoal), o Programa de Apoio à Instalação de Indústrias no Município e Convênios/Parcerias com Instituições Públicas, Privadas, Agencias de Desenvolvimento e Incubadoras.

Gráfico 2: Orçamento SMICT de 2002 a 2020



Fonte: Elaborado pela autora

No Gráfico 2, é possível visualizar maiores diferenças entre os valores orçado e executado, nos anos de 2005, 2006, 2011 e 2016.

No ano de 2005, identificou-se que a execução foi menor que o valor orçado devido a anulações de recursos realizadas na ação Aquisição de Imóveis de Natureza Industrial do Programa de Apoio à Instalação de Indústrias, provavelmente ocorrida por conta de prazo já que no ano de 2006 a execução foi muito acima do orçamento, sendo que os recursos a mais investidos foram nesta mesma ação e programa. Em 2011, a execução também foi maior que o orçamento devido a ação Aquisição de Imóveis de Natureza Industrial do Programa de Apoio à Instalação de Indústrias.

Já em 2016, a execução dos recursos menor que orçamento ocorreu devido a anulações realizadas na ação de Convênios/Parcerias com Instituições Públicas, Privadas, Agencias de Desenvolvimento e Incubadoras.

Desta forma, nota-se que a maior parte dos recursos utilizados pela secretaria, nestes quase vinte anos, foram destinados a Aquisição de Imóveis de Natureza Industrial do Programa de Apoio à Instalação de Indústrias no município.

4.2 A Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG

Com a utilização do questionário estruturado foi possível estabelecer a Estrutura da Política de Empreendedorismo do município de acordo com as seis categorias: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, financiamentos, suporte para novos negócios e estratégias para segmentos específicos; identificar quais as categorias necessitam serem trabalhadas e identificar as políticas de empreendedorismo existentes e as que estão em planejamento ou implementação em cada categoria. O tópico seguinte apresenta a estrutura e as políticas apontadas.

4.2.1 Categorias da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG

Após a análise dos resultados, identificou-se que das seis categorias elencadas, a categoria que apresentou maior número de ações, políticas e iniciativas foi a categoria de Financiamentos (55%) e a categoria Educação Empreendedora (21%) foi a que apresentou menor número de ações, iniciativas e programas.

A categoria Financiamentos cujo objetivo é abordar as falhas de mercado e lacunas na provisão de financiamento apropriado para empresas novas e em estágio inicial e reduzir assimetrias de informação, atingiu um percentual de 55%, sendo o maior entre as categorias da Estrutura.

O acesso à financiamentos e recursos está entre as maiores dificuldades das empresas em estágio inicial. Adotar políticas de financiamentos contribui para o desenvolvimento de novas empresas, incentivando assim novos empreendedores e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda no município.

Com o objetivo de reduzir as barreiras sistêmicas para aumentar as taxas de inicialização de grupos sub representados como proprietários de negócios e reduzir riscos para startups de tecnologia de alto crescimento para geração de riquezas, a categoria Estratégias para Segmentos Específicos atingiu um percentual de 42%.

Atuar em segmentos específicos da população, como por exemplo mulheres, jovens, aposentados, entre outros, também é uma forma de promover o empreendedorismo e a inclusão social, já que através de grupos específicos podem surgir demandas e ideias daquele nicho que até então não foram atendidas ou desenvolvidas anteriormente, aumentando assim o potencial para novos negócios.

Na categoria de Promoção do Empreendedorismo, o percentual atingido foi de 38%. O objetivo desta categoria é aumentar o valor social do empreendedorismo, criar mais consciência de empreendedorismo na sociedade e promover modelos/ exemplos confiáveis.

A promoção do empreendedorismo é de extrema importância para fomentar a cultura empreendedora e o empoderamento do indivíduo empreendedor, reconhecendo assim sua importância e contribuição para o desenvolvimento do município.

A categoria Barreiras de Entrada e Saída cujo objetivos são reduzir o tempo e o custo de iniciar um novo negócio, reduzir as barreiras e melhorar as oportunidades de inicialização e crescimento e remover desincentivos à decisão de escolha de carreira empresarial, atingiu o percentual de 36%.

Iniciar ou encerrar um negócio não é uma tarefa fácil, assim como as demais atividades de um empreendedor. Desta forma, remover ou reduzir barreiras de entrada e saída é um ponto muito relevante para facilitar a vida do empreendedor e encorajá-lo no processo de tomada de decisão.

Quanto ao Suporte para Novos Negócios, que atingiu 33% da categoria, o objetivo é fornecer acesso fácil a informações de inicialização de um negócio, orientações, aconselhamento e outros apoios institucionais e facilitar a transferência de conhecimentos.

Assim como eliminar e reduzir barreiras de entrada ou saída, oferecer suporte aos novos negócios é essencial para garantir a sustentabilidade das empresas através das orientações e suportes oferecidos.

Com objetivo de aumentar as oportunidades para as pessoas obterem conhecimento empresarial e integrar o empreendedorismo em vários níveis do sistema de educação formal, na categoria Educação Empreendedora atingiu, apenas, o percentual de 21%.

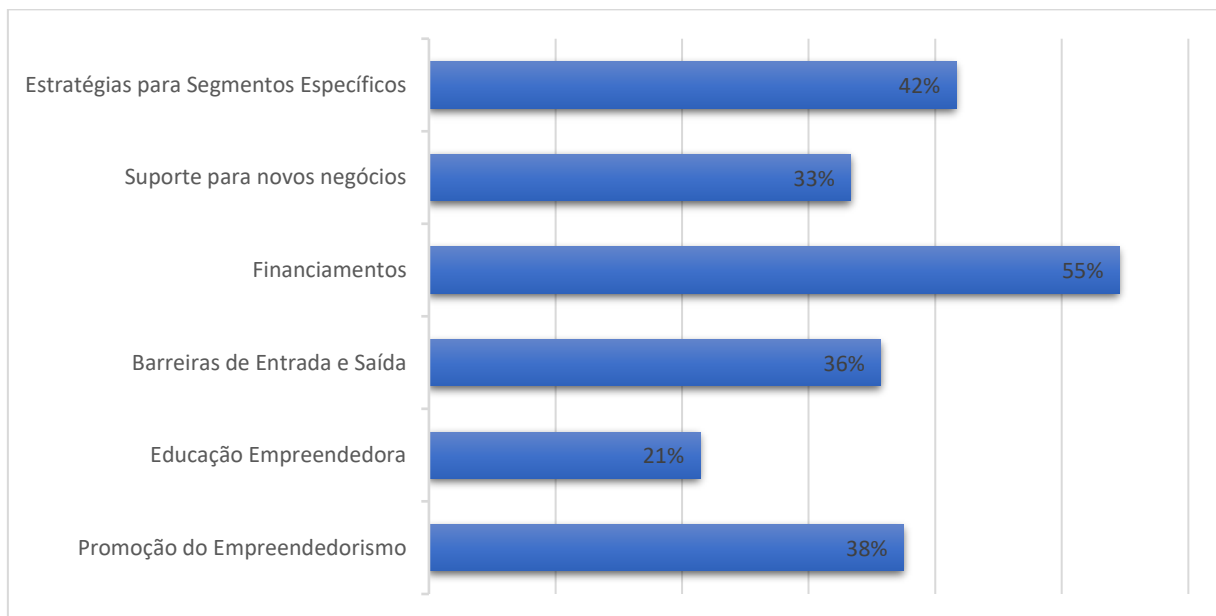
Considerando a importância de todas as seis categorias para a Estrutura da Política de Empreendedorismo, nota-se que a maioria das categorias não atingem nem 50%, demonstrando

assim que o município não possui nem metade das iniciativas, políticas e programas necessários, constantes dentro de cada categoria, para compor a Estrutura da Política de Empreendedorismo. Desta forma, pode-se considerar que todas as categorias necessitam serem trabalhadas de alguma forma, entretanto, a categorias que apresenta maior necessidade é a de Educação Empreendedora, já que apenas 21% das políticas apontadas nessa categoria são trabalhadas no município.

As políticas de Educação Empreendedora impactam diretamente nos resultados da Política de Empreendedorismo do município. O foco da Política de Empreendedorismo está em fomentar empreendedores (indivíduos), desta forma, o ensino do empreendedorismo desde o início do processo de alfabetização é uma forma de popularizar o empreendedorismo e desenvolver a cultura empreendedora nos indivíduos desde criança. Entretanto, é necessário que a Educação Empreendedora esteja estabelecida ao longo de toda a vida educacional do indivíduo para que haja a sustentabilidade da cultura empreendedora.

O Gráfico 3, apresenta a Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG identificada de forma resumida.

Gráfico 3: Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.2 Políticas de Empreendedorismo Existentes por Categoria

Para a definição da Estrutura das Políticas de Empreendedorismo de Itajubá-MG, foram apontadas políticas de empreendedorismo existentes no município de acordo com cada categoria.

Na categoria Financiamentos, foi apontado como políticas existentes um Programa de Desenvolvimento de Novas Empresas de Tecnologia, o financiamento dos Programas Municipais de Incubação e parcerias com outras instituições para preencher as lacunas de informações entre investidores privados e empreendedores em estágio inicial, e para disponibilizar fundos de capital de risco para empresas de alta tecnologia em estágio inicial.

A categoria Estratégia para Segmentos Específicos, tem como políticas existentes a Sala Mineira do Empreendedor e a INOVAI.

Para a Promoção do Empreendedorismo, foram apontados como políticas existentes o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo composto pelo Conselho e o Fundo Municipal e a INOVAI.

Na categoria Barreiras de Entrada e Saída, foram apontados como políticas a Lei Municipal da Liberdade Econômica lei nº 3410 de 2021 em vários aspectos quanto a simplificação de procedimentos para as empresas, o decreto 4984 de 2014, que regulamenta as feiras livres, como atuação junto aos trabalhos autônomos e o PCTI como incentivos para encorajar investimentos em novas empresas com alto potencial de crescimento.

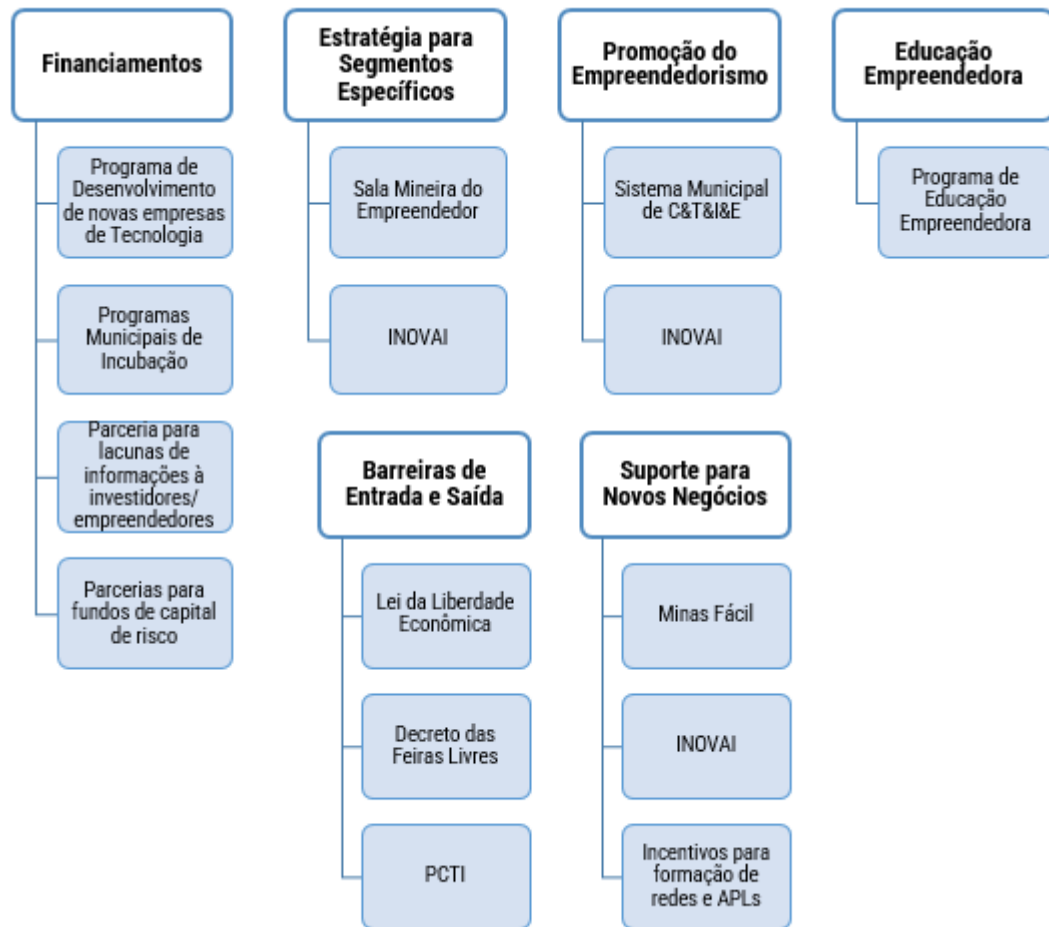
No Suporte para Novos Negócios, apresentou-se como políticas existentes o Minas Fácil, escritório que facilita a abertura e alterações de uma empresa no município, a INOVAI e incentivos para formação de redes e arranjos produtivos locais.

Já para Educação Empreendedora, foram apontados como políticas existentes o programa de Educação Empreendedora, realizado em parceria com SEBRAE, e o projeto Educação Financeira, em parceria com a UNIFEI, onde ambos oferecem capacitação aos professores para que, posteriormente, a metodologia seja replicado com os alunos. Porém, estes trabalhos foram interrompidos, no início de 2020, devido a pandemia do Covid-19.

Nota-se que das políticas indicadas como existentes, algumas podem atender a mais de uma categoria, de acordo com seu objetivo, como é o caso da INOVAI que foi indicada nas categorias de Estratégia para Segmentos Específicos, Promoção do Empreendedorismo e Suporte para Novas Negócios.

A Figura 9 traz o resumo das Políticas de Empreendedorismo Existentes em cada categoria.

Figura 9: Políticas de Empreendedorismo Existentes por Categoria



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.3 Políticas de Empreendedorismo em Planejamento ou Implementação por Categoria

Com a definição da Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá-MG, foram identificadas, também, políticas de empreendedorismo que estejam em implantação ou planejamento em cada categoria.

Na categoria Financiamentos, foram apontadas a busca de parcerias para realização de Programas de Microfinanciamentos e Fundo de Investimentos e o desenvolvimento de banco de dados com informações estratégicas para investimentos.

Já na categoria Barreiras de Entrada e Saída, estão em planejamento ou implementação parcerias para incentivar o investimento de capital de risco em empreendimentos em estágio inicial, onde o município concederia incentivos fiscais e iniciativas de melhoria dos serviços às empresas que já são oferecidos hoje.

Para Suporte aos Novos Negócios, apresentou-se a existência de iniciativas informais para conhecer a necessidade dos novos empresários e a busca de parcerias para aumentar a oferta de programas de treinamento em empreendedorismo.

Quanto a Educação Empreendedora, foi apontado que existem iniciativas para integração do empreendedorismo no sistema municipal de educação como um elemento na grade curricular.

Entretanto, nas categorias Estratégias para Segmentos Específicos e Promoção do Empreendedorismo, não foram apontadas políticas ou iniciativas em planejamento a serem implementadas.

A Figura 10, apresenta, resumidamente, as Políticas de Empreendedorismo em Planejamento ou Implementação em cada categoria.

Figura 10: Políticas de Empreendedorismo em Planejamento ou Implementação por Categoria



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise das políticas em planejamento ou implantação, nota-se que existem iniciativas sendo desempenhadas para desenvolver as Políticas de Empreendedorismo. Entretanto, elas não demonstram um equilíbrio para o desenvolvimento da Política em todas as suas categorias, já que a categoria Financiamentos (55%) que é, atualmente, a mais trabalhada, apresenta mais políticas em planejamento ou implantação, e a categoria Educação Empreendedora (21%), a menos trabalhada, apresenta apenas uma iniciativa a ser implementada.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido com objetivo de identificar e classificar as políticas de empreendedorismo e inovação do município de Itajubá-MG. De forma específica, o trabalho objetivou identificar as políticas públicas, ações e instrumentos legais de fomento ao empreendedorismo e inovação do município; identificar recursos destinados ao fomento do empreendedorismo e da inovação no município; estabelecer a estrutura da Política de Empreendedorismo do município, nas seis categorias: Promoção do Empreendedorismo, Educação Empreendedora, Barreiras de Entrada e Saída, Financiamentos, Suporte para Novos Negócios e Estratégias para Segmentos Específicos; identificar das seis categorias quais as que necessitam serem trabalhadas e; identificar políticas que estejam em implementação ou planejamento.

Desta forma, após a realização da análise documental, notou-se que o governo municipal, no contexto histórico do Sistema de Inovação Local, não é o ator quem toma a iniciativa das ações e programas, mas assumem vários papéis nas diversas iniciativas de fomento ao empreendedorismo e a inovação atuando como articulador estratégico, formulador de políticas públicas, financiador, oferecendo apoio institucional e desenvolvendo parcerias.

Esta observação, corrobora com a literatura que aponta que o governo desempenha um papel multifacetado como investidor estratégico, parceiro de negócios, cliente e consumidor, ou apenas observador distante, agindo, assim, cada vez mais como facilitador, criador de plataformas e planejador estratégico. Entretanto, em alguns casos, o governo apoia por ser passivo e por não regulamentar.

Quanto ao orçamento das ações de fomento ao empreendedorismo e inovação identificados, nota-se que o valor é baixo em relação ao orçamento municipal, já que representa apenas 1% do valor total. Além disso, ao analisar os valores executados do orçamento ao longo dos anos, nota-se que os maiores valores executados pela secretaria foram com o Programa de Apoio à Instalação de Indústrias no município. Como resultado dos investimentos realizados neste programa, estão as 47 (quarenta e sete) leis de doações e incentivos e subvenções realizadas pelo município até o ano de 2020.

Desta forma, fica demonstrado que o município tem atuado com uma política voltada para as MPE's, cujo objetivo dessas políticas é ajudar as empresas a se modernizarem, expandirem ou aprimorarem sua competitividade; o foco é na empresa e não no indivíduo e como resultados, espera-se alcançar o crescimento das empresas e o aumento da produtividade.

Com a definição da Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá, através do questionário estruturado, nota-se a necessidade de se trabalhar todas as categorias da Estrutura, pois a maioria das categorias não atingiram nem 50% dos tópicos abordados em cada uma delas, sendo que os percentuais foram de 38% - Promoção do Empreendedorismo, 21% - Educação Empreendedora, 36% - Barreiras de Entrada e Saída, 55% - Financiamentos, 33% - Suporte para Novos Negócios e 42% - Estratégias para Segmentos Específicos. Destacando assim, que o menor percentual atingido foi o da categoria Educação Empreendedora, o que demonstra que esta é a categoria com maior necessidade de ser trabalhada.

Com a indicação das políticas de empreendedorismo existentes e as que estão em planejamento ou implantação, observou-se que algumas políticas podem contribuir com mais de uma categoria da Estrutura e que há um desequilíbrio entre as políticas existentes e as que estão em implementação, pois quando elas são desmembradas nas categorias observa-se que a categoria Financiamentos (55%) que é, atualmente, a mais trabalhada, apresenta mais políticas em planejamento ou implantação, e a categoria Educação Empreendedora (21%), a menos trabalhada, apresenta apenas uma iniciativa a ser implementada. Esse desequilíbrio pode ser ocasionado pela não utilização de instrumentos que permitam essa identificação.

Dessa forma, as principais contribuições deste trabalho são o instrumento de definição da Estrutura da Política de Empreendedorismo do município que permite a identificação das suas políticas de empreendedorismo dentro de cada categoria e assim poder priorizar as categorias menos trabalhadas podendo então trabalhar a Política de Empreendedorismo como um todo de forma assertiva evitando os desequilíbrios identificados nesse caso.

Também, é uma contribuição, a construção da linha do tempo das ações de fomento ao empreendedorismo e a inovação do município que facilita a visualização do contexto histórico do município, que serve de balizador para a definição de novas políticas a serem estabelecidas.

A Política de Empreendedorismo é importante para fomentar empreendedores (indivíduos) altamente inovadores que possam gerar alto impacto no crescimento econômico movendo a economia com maior valor agregado, dessa forma conclui-se que o município atua com a doção de Políticas voltadas para MPE's ao invés de Políticas de Empreendedorismo. Ponto este que deve ser considerado na formulação de novas políticas públicas e programas para implantação, já que estas políticas possuem objetivos, foco, público-alvo, resultado e prazo para resultados diferentes. Entretanto, o governo municipal atua conjuntamente com outros atores do Sistema de Inovação nas demais iniciativas de fomento ao empreendedorismo e inovação existentes no município que foram identificadas neste trabalho.

Este trabalho não abordou a atuação de outros atores do Sistema de Inovação Local, apenas o governo municipal, assim, as sugestões para trabalhos futuros são: abordar a visão dos demais atores quanto às políticas públicas de empreendedorismo e inovação do município; utilizar este instrumento para definição da Estrutura da Política de Empreendedorismo de outros municípios e assim poder realizar estudos comparativos; e analisar, detalhadamente, cada categoria da Estrutura da Política de Empreendedorismo de Itajubá ou de outros municípios.

REFERÊNCIAS

- ACS, Z. J.; ASTEBRO, T.; AUDRETSCH, D. B; ROBINSON, D. T. Public policy to promote entrepreneurship a call to arms. **Small Business Economics**, v. 47, n. 1, p. 35-51, 2016.
- ANDRADE, C. C.; Análise dos Capitais Intangíveis no Processo de Desenvolvimento da Incubadora de Base Tecnológica: O Caso da Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá – MG. **Dissertação Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Universidade Federal de Itajubá; Itajubá-MG; p.106; 2015.
- ARENAL, A. et al.; Entrepreneurship Policy Agenda in the European Union: A Text Mining Perspective; **Review of Policy Research**; Volume 38; Number 2; 2021.
- ARSHED, N.; CARTER, S.; MASON, C.; The ineffectiveness of entrepreneurship policy: is policy formulation to blame?; *Small Bus Econ*; Springer; **Science Business Media**; New York; 2014.
- ASHEIN, B. T., COENEN, L.; Knowledge bases and regional innovationsystems: comparing nordic clusters. **Research Policy**; 34, 1173–1190; 2005.
- AUDY, Jorge; **A inovação, o desenvolvimento e o papel da universidade**; Estudos Avançados 31 (90); 2017.
- AUTIO *et al.* Entrepreneurial innovation: The importance of context. **Research Policy**, v. 43, n. 7, p. 1097–1108, 2014.
- BARBOSA, R. A.; FONSECA, S. A.; RAMALHEIRO, G. C. F; O papel das políticas públicas para potencializar a inovação em pequenas empresas de base tradicional. **REGE - Revista de Gestão**; 24; 58-71; 2017.
- BARROS, A. A; PEREIRA, C. M. M. A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma análise empírica. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.
- BAZAVAN, A.; Chinese government's shifting role in the national innovation system; **Technological Forecasting & Social Change** 148; 119738; 2019.
- BEZERRA, Éder et al. Política Públicas de Empreendedorismo no Brasil: Levantamento e Análise. VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Goiânia, **EGEPE**, 2014.
- BOISIER, S. **Conversaciones Sociales Y Desarrollo Regional**. Talca: Editorial de la Universidad de Talca. 2000.
- BRANCHER, I. B.; OLIVEIRA, E. M.; RONCON, A. comportamento empreendedor: estudo bibliométrico da produção nacional e a influência de referencial teórico internacional. *Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 166-193, jan./jun. 2012.
- BUESA, M. *et al.*; Regional systems of innovation and the knowledge production function: the Spanish case. **Technovation**, 26(4), 463-472; 2006.
- CÂMARA, S. F. Atividade empreendedora e crescimento econômico no Brasil: uma aplicação do modelo de função de transferência. III Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, Brasília. **Anais Brasília: EGEPE**, 2003.

- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. e MACIEL, M.L. (orgs.) **Pequena Empresa – Cooperação e Desenvolvimento Local**. Ed. Relume Dumará; 2003.
- CHUNG, C. Government, policy-making and the development of innovation system: The cases of Taiwanese pharmaceutical biotechnology policies (2000–2008). **Research Policy** 42, 1053–1071, Elsevier, 2013.
- COOKE, P.; Regional innovation systems, asymmetric knowledge and the legacies of learning. In: RUTTEN, R.; BOEKEMA, F.; HOSPERS, G. (Eds.). **The learning region: foundations, state of the art, future**. Cheltenham: Edward Elgar; Fev. 2006.
- DAVARI, A.; FAROKHMANESH, T.; Impact of entrepreneurship policies on opportunity to startup; **Management Science Letters**; v.7; p. 431–438; 2017.
- DEGEN, R. J. Empreendedorismo - Uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. **Revista de Ciências da Administração**, v. 10, n. 21, p. 11-30, mai./ago. 2008.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- DOLABELLA, F. **O segredo de Luíza**. 30ª edição. São Paulo: Ed. de Cultura, 2006.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOLOREUX, D. What we should know about regional systems of innovation. **Technology in Society**, 24(3), 243-263; 2002.
- DORNELAS, J. C A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. **Triple helix: university-industry-government innovation and entrepreneurship**. London: Routledge. 2017.
- FEITOSA, C. O. A importância da Inovação para o Desenvolvimento Econômico Local; **Economia política do desenvolvimento**; Maceió, vol. 4, n. 12, p. 29-50, set./dez. 2011.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C.; **Structural crises of adjustment, business Cycle and investment behavior**. In: DOSSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.) **Technical change and economic theory**. Londres: Pinter Publishers, 1988.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a ed. São Paulo: Atlas; 200 p; 2010.
- HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p.119-146, set./dez. 2009.
- HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPERD, D. A. Apud Cantillon, Richard. **Empreendedorismo**. 7. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HUANG, Y.; AN, L.; WANG, J.; CHEN, Y.; WAMG, S.; WANG, P.; **The Role of Entrepreneurship Policy in College Students' Entrepreneurial Intention: The Intermediary Role of Entrepreneurial Practice and Entrepreneurial Spirit**; *Front. Psychol.* 12:585698; doi: 10.3389/fpsyg.2021.585698; 2021.

- IFSULDEMINAS, 2021; **O Instituto**; Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto>; Acessado em: setembro de 2021.
- INCIT, 2021; **Sobre a INCIT**; Disponível em: <https://incit.com.br/>; Acesso em: setembro de 2021.
- INOVAI, 2021; **Itajubá Hardtech - o Ecossistema**; Disponível em: <https://inovai.org.br/itajuba-hardtech/>; Acesso em: setembro de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos Municípios**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itajuba/panorama>> Acessado em: março de 2021.
- ISENBERG, D. J. **The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship**. Dublin: Institute of International European Affairs. 2011.
- IVANOVA, I. A.; LEYDESDORFF, L.; **Rotational symmetry and the transformation of innovation systems in a Triple Helix of university–industry**. Technol. Forecast. Soc. Change 2013.
- JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. Saraiva, 2010.
- JUNIOR, C. B; FERREIRA, V. R. S.; NAJBERG, E.; COSTA, C. S.; Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo: Análise de sua Presença (ou Ausência) em duas Regiões Turísticas do Estado de Goiás. **VI Encontro de Estudos Estratégicos – ANPAD**. Bento Gonçalves, RS; 2013.
- KELLER, M. R.; BLOCK, F. Explaining the transformation in the US innovation system: the impact of a small government program. **Socio-Economic Review** (2013); 11, 629–656; September 30, 2013.
- KRETZER, J. **Sistemas de inovações: as contribuições das abordagens nacionais e regionais ou locais**. In: Ensaios FEE, v. 30, p. 863-892, 2009.
- LAURENTIS, C. D. Renewable Energy Innovation and Governance in Wales: A Regional Innovation System Approach; **European Planning Studies** Vol. 20, No. 12, December 2012.
- LAZARIC, N.; MERINDOL, V.; ROCHHIA, S. Changes in the French Defence Innovation System: New Roles and Capabilities for the Government Agency for Defence. **Industry and Innovation**, Vol. 18, No. 5, 509–530, July 2011.
- LE MOS, D. C.; CARIO, S. A.; O sistema nacional e regional de inovação e sua influência na interação universidade-empresa em Santa Catarina. **REGE - Revista de Gestão** 24; 45-57; 2017.
- LUNDSTRÖM, A.; STEVENSON, L. **Entrepreneurship Poliy: Theory and Practice**. New York: Springer, 2005.
- LUNDEVALL, B. A. **From user-producer interaction to the national system of innovation**. In: Technical Change and Economic Theory, London: Pinter; 1988.
- LUNDEVALL, B. A. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. London: Pinter; 1992.

- MASON, C.; BROWN R. **Entrepreneurial ecosystems and growth-oriented Entrepreneurship**, 2014.
- MCCANN, P.; ORTEGA-ARGILES, R.; Smart specialisation, entrepreneurship and SMEs: issues and challenges for a results-oriented EU regional policy; **Small Bus Econ**; 46:537–552; DOI 10.1007/s11187-016-9707-z; 2016.
- MOIZINHO, L. C. S.; MAGALHÃES, E. N.; BRAGA, M. P. S.; ANDRADE, F. S. Arranjos Produtivos Locais: A trajetória do conceito e o estado da arte; **I Seminário de Pesquisa e Inovação Tecnológica; Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Triângulo Mineiro**. 2017.
- NELSON, R. R. **National Innovation Systems: a comparative study**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- NIELSEN, P. S.; An organizational taxonomy of entrepreneurship policy delivery structures; **Journal of Small Business and Enterprise Development**; Vol. 23; Iss 2 pp.; 2016.
- OERLEMANS L.; MEEUS M.; KENIS P. **Regional innovation networks**. In: RUTTEN R. P.; 2007.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Tradução da Financiadora de Estudos e Projetos. Paris: OCED, 2004.
- PAULA, J. **Desenvolvimento local** - Textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 80 p.; 2008.
- PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus. 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ, 2021; **Diário Oficial do Município**; Disponível em: <http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2021.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B.; **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill; 2006.
- SANTOS, C. E. R.; OLALDE, A. R. **Desenvolvimento regional e políticas públicas: a isenção fiscal como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional no Sudoeste da Bahia**; Enaber; 2015.
- SANTOS, D. A. G.; ZEN, A. C. **A Influência do Ecosistema de Empreendedorismo no Comportamento dos Empreendedores: um estudo na indústria de aplicativos**. XX SEMEAD Seminário em Administração. Novembro de 2017.
- SANTOS, D. C. L. P.; LEITE, E. F.; FONSECA, S. M. M. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 12, núm. 28, pp. 144-169, outubro-dezembro, 2014.
- SARFATI, G. Estágio de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPME's) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista Administração Pública** — Rio de Janeiro 47(1): 25-48, jan./fev. 2013.

- SBRAGIA, R.; STAL, E; CAMPANÁRIO, M.; ANDREASSI, T. **Inovação: Como vencer esse desafio Empresarial**, Editora Clio: São Paulo, 2005.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, v. 25. n. 1. p. 217-226, jan. 2000.
- SILVA, A. G. F.; MOTA, L. A.; DORNELAS, C. S. M; LACERDA, A. V. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro; **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017.
- SILVEIRA, A.; DO CARMO, H. M. O.; SOUZA, R. S. Microempreendedor Individual (MEI): Benefícios e desafios da legislação brasileira para a aplicação na prática da ação. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 1, p. 117-137, jan-mar, 2017.
- SMALLBONE, David; Entrepreneurship policy: issues and challenges; **Small Enterprise Research**; DOI: 10.1080/13215906.2016.1270227; 2017.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez 2006.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SOUZA, Y. H.; SECCHI, L. Extinção de Políticas Públicas Síntese Teórica sobre a Fase Esquecida do Policy Cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 66, p. 75-93, Jan./Jun. 2015.
- STEFENON, R.; THOM, S. R. V. Ecosistemas Empreendedores e Políticas Públicas: uma primeira aproximação; **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 5, E. Especial, p.25-50, ago, 2020. ISSN: 2448-2889.
- STEVENSON, L.; LUNDSTRÖM, A. Dressing the emperor: the fabric of entrepreneurship policy. In: AUDRETSCH, D. B.; GRILO, I.; THURIK A. R. **Handbook of Research on Entrepreneurship Policy**. Edward Elgar Pub, 2007.
- UNIFEI, 2021; **INTECOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**; Disponível em: <https://unifei.edu.br/extensao/empreendedorismo-e-inovacao/intecoop/>; Acessado em: setembro de 2021.
- YANG, C. Government policy change and evolution of regional innovation systems in China: evidence from strategic emerging industries in Shenzhen; **Environment and Planning C: Government and Policy**, vol. 33, p. 661 – 682, 2015.
- YIN, R. Estudo de caso. **Planejamento e métodos**. 2ª edição, Porto Alegre/RS: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário da Pesquisa por Categoria

	PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO	SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui alguma política que vise aumentar a consciência sobre o empreendedorismo e promover a cultura empreendedora?					
2	O município patrocina eventos que visem desenvolver o empreendedorismo e fornecer informações sobre startups?					
3	O município sozinho ou através de parcerias reconhece empreendedores por meio de programas de premiações de alto nível?					
4	Se sim, esses prêmios reconhecem a diversidade de empreendedores (mulheres, etnias, minorias, jovens e etc.) e o sucesso em diferentes estágios de desenvolvimento de negócios (startups, empresa jovens ou em crescimento)?					
5	O município utiliza mídias de massa para promoção do empreendedorismo?					
6	O município se envolve em atividades para estimular a promoção da história do empreendedorismo (seminários, conferências, comunicados de imprensa, feeds de histórias)?					
7	O município possui orçamento destinado à ações e atividades de promoção do empreendedorismo?					
8	O município possui algum levantamento ou forma de monitoramento para rastrear as atitudes da população em relação ao empreendedorismo, os níveis de conscientização e os níveis de intenção de iniciar um negócio?					

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA		SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui políticas de integração do empreendedorismo no sistema municipal de educação?					
2	O município possui levantamentos/ estudos sobre até que ponto o empreendedorismo está incluído na educação municipal?					
3	O empreendedorismo está incluso como um elemento/ resultado na grade curricular do município?					
4	O município possui um conselho/ comitê sobre empreendedorismo e educação com representantes do setor público e privado para supervisionar a integração do empreendedorismo na escola?					
5	O município possui um plano ou estratégia para integrar o empreendedorismo na educação municipal de forma interdisciplinar?					
6	O município possui um plano/ estratégia de fomento ao ensino do empreendedorismo no nível municipal?					
7	O município possui um plano de ação para os professores em serviço?					
8	O município oferece programas de treinamento para introduzir na educação estratégias de ensino sobre empreendedorismo?					
9	O município promove mecanismos de compartilhamento de informações e experiências (exemplo: conferências de educadores, seminários, bancos de dados, materiais orientativos)?					
10	O município apoia financeiramente atividades empreendedoras extracurriculares, para apoiar as "aventuras" dos alunos?					
11	O município apoia a oferta de cursos de empreendedorismo em outros níveis educacionais (ensino fundamental, médio, técnico ou superior)?					
12	O município apoia/ incentiva as universidades na realização dos programas de empreendedorismo?					

13	O município, sozinho ou em parceria com setor privado, patrocina competições de planos de negócios para estudantes?					
14	O município possui orçamento para desenvolvimento e implementação de iniciativas e programas de educação empresarial ou empreendedorismo?					

BARREIRAS DE ENTRADA E SAÍDA		SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui uma política que visa facilitar o processo de abertura de empresas ou de remoção de desincentivos à decisão de abertura?					
2	O município monitora o tempo e o custo para iniciar um novo negócio?					
3	O município examina quais as barreiras de entrada e saída das empresas na cidade com objetivo de eliminar as barreiras desnecessárias?					
4	O município possui procedimentos simplificados para abertura de novas empresas?					
5	O município possui uma identificação única para o registro e identificação de novas empresas?					
6	O município possui um local específico para que novos empreendedores possam buscar orientações e acessar informações sobre regulamentações?					
7	O município tem iniciativas para reduzir ou isentar a carga administrativa das empresas recém-iniciadas (exemplo: isenção de certas obrigações regulamentares na fase inicial do negócio)?					
8	O município possui iniciativas de orientação para os casos de insucesso visando aumentar a oportunidade de um empresário recomeçar?					
9	O município conhece/monitora as barreiras de transferência de empresas?					
10	O município possui iniciativas quanto aos processos de patentes e propriedade intelectual?					

11	O município possui políticas de atuação quanto ao trabalho autônomo?					
12	O município possui incentivos fiscais que encorajem as atividades de P&D pelas empresas?					
13	O município possui incentivos fiscais que encorajam os investimentos em empresas novas e voltadas para o crescimento?					
14	O município possui incentivos fiscais para encorajar investimentos de capital de risco em empreendimentos em estágio inicial?					

FINANCIAMENTOS		SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui políticas de financiamento ou participação em fundos para empresas novas e em estágio inicial?					
2	O município conhece as lacunas de financiamento para novos empreendedores?					
3	O município busca formas de aumentar a oferta de capital disponível para novas empresas?					
4	Existe algum programa de microfinanciamento apoiado pelo município para permitir que mais pessoas iniciem um novo negócio?					
5	Existe algum programa de micro empréstimo para grupos sub-representados que podem ter mais dificuldades de acesso aos financiamentos convencionais (mulheres, minorias étnicas, jovens, etc.)?					
6	O município financia programas de capital semente para apoiar o início e o desenvolvimento de empresas em estágio inicial?					
7	O município possui fundos destinados à novas empresas de tecnologia promissora (ex. para desenvolvimento de protótipos, etc.)?					
8	O município facilita/ promove o desenvolvimento de bancos de dados sobre os tipos e fontes de financiamento de risco disponíveis para informar melhor os novos empreendedores?					

9	O município apoia ou promove iniciativas para preencher as lacunas de informações entre investidores privados e empreendedores em estágio inicial? Ex. feiras, seminários, etc.					
10	O município apoia o desenvolvimento de redes de anjos ou de banco de dados para preencher as lacunas entre empreendedores e investidores informais?					
11	O município estimula a disponibilidade de fundos de capital de risco para empresas de alta tecnologia em estágio inicial (Ex: usar fundos públicos para alavancar o investimento privado)?					

	SUPORTE PARA NOVOS NEGÓCIOS	SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui políticas que visam aumentar o nível de apoio para empreendedores nascentes, novos e estágio inicial?					
2	O município toma providências para garantir que as necessidades dos empreendedores nascentes e em estágio inicial sejam atendidas por meio das redes existentes de prestação de serviços de MPEs?					
3	O município possui um "balcão único" para fornecer aos novos empreendedores informações, assistência e aconselhamentos sobre o início de uma empresa?					
4	O município possui ou patrocina portais web que forneçam informações para novos empreendedores?					
5	O município possui redes de centros de negócios com a responsabilidade de ajudar novos empresários?					
6	O município apoia o desenvolvimento de programas de mentores para novos empreendedores e empresas em crescimento?					

7	O município tem parcerias com organizações do setor privado e ONGs para oferecer programas de treinamento em empreendedorismo? Existe subsídios para apoiar a formação de novos empresários?					
8	Existe uma estratégia municipal para subsidiar o financiamento de incubadoras?					
9	O município fornece apoio para encorajar empresas spin-off de universidades e P&D com financiamento público?					
10	O município apoia o desenvolvimento profissional de consultores de negócios e agentes de desenvolvimento econômico?					
11	O município possui medidas para avaliar a aceitação, o impacto e a qualidade dos serviços de apoio às empresas para empreendedores novos e em estágio inicial?					
12	O município promove fóruns para intercâmbio de melhores práticas entre os agentes de prestação de serviços?					
13	O município apoia o desenvolvimento de associações de empreendedores para orientação de pares e autoajuda?					
14	O município consulta as associações de empreendedores sobre as necessidades dos novos empresários?					
15	O município possui fóruns e redes horizontais para todos os atores (Ex: educadores, reguladores, consultores, formuladores de políticas, pesquisadores e empresários)?					

ESTRATÉGIAS PARA SEGMENTOS ESPECÍFICOS		SIM	NÃO	DESCONHEÇO	EXISTEM INICIATIVAS EM PLANEJAMENTO A SEREM IMPLEMENTADAS	EVIDÊNCIA
1	O município possui iniciativas para aumentar os níveis de atividade empresarial de segmentos específicos da população?					
2	O município realiza pesquisas sobre a taxa de atividades empreendedora de grupos demográficos dentro da população?					

3	O município acompanha as taxas de inicialização, sobrevivência e crescimento de cada grupo demográfico de empreendedores?					
4	O município avalia as barreiras e desafios específicos enfrentados por diferentes grupos demográficos, incluindo sua taxa de aceitação de serviços e programas de apoio às empresas existentes?					
5	O município possui iniciativas para:					
	Mulheres					
	Jovens					
	Minorias étnicas/ indígenas					
	Desempregados					
	Aposentados, idosos, pessoas com deficiência					
	Imigrantes/ estrangeiros					
6	O município possui iniciativas em favor de empreendimentos inovadores derivados de pesquisas financiadas pelo governo, universitários, fundos sementes, incentivos fiscais de P&D e incubadoras universitárias?					